

**Ocupação e Consumos no Porto através do Arqueossítio da Rua de
D. Hugo, Nº. 5 (séculos V-VIII)**

João Luís Álvares Veloso

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

Versão revista e corrigida após defesa.

Junho, 2021

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Catarina Tente

Dedicado aos meus Pais.

À memória da minha avó Fernanda.

Agradecimentos

Reservo esta página para expressar o meu agradecimento a todas as personalidades que contribuíram para a execução do trabalho que aqui apresento.

Principio por agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Catarina Tente, por ter aceitado supervisionar este projeto, pela confiança que nele depositou e pela paciência com que acompanhou de perto a sua persecução. O texto que aqui apresento foi sobejamente enriquecido pelas várias conversas que tivemos e ideias que debatemos.

Devo também o meu reconhecimento ao Professor Doutor Adolfo Fernández Fernández, pela disponibilidade e solícitude com que me esclareceu numerosas dúvidas relativas à classificação da cerâmica fina aqui abordada, através da troca de um sem-número de mensagens de correio eletrónico.

Este trabalho não teria sido possível se não me tivesse sido concedido acesso ao espólio e registos da escavação da Rua de D. Hugo, nº. 5. Faço um agradecimento especial ao Dr. António Manuel Silva, à Dr^a. Isabel Pinto Osório e à Dr^a. Manuela Ribeiro, dos Serviços de Arqueologia da Câmara Municipal do Porto, pelo empenho com que receberam este estudo e pelo auxílio continuado que me prestaram.

De igual modo, quero expressar a minha gratidão para com o Dr. Manuel Luís Real, por ter visto com bons olhos e entusiasmo esta reinterpretação de um arqueossítio em cuja escavação teve um papel fundamental.

Deixo também aqui o meu apreço por todos os professores do curso de Arqueologia da FCSH, cujo trabalho e exemplo me inspiraram.

Por fim, agradeço a todos os meus familiares, que me ensinaram o valor do trabalho e do estudo, e que sempre suportaram o meu percurso e dele se orgulharam; à Zulmira Pereira e à sua família, que facilitaram imensuravelmente a minha permanência em Lisboa; aos meus colegas da FCSH, com quem firmei amizades que muito prezo, e ao meu círculo de amigos do Porto, que não raramente me acompanhou ao arqueossítio sobre que versa este trabalho.

**OCUPAÇÃO E CONSUMOS NO PORTO ATRAVÉS DO ARQUEOSSÍTIO DA RUA DE
D. HUGO, Nº. 5 (SÉCULOS V-VIII)**

JOÃO LUÍS ÁLVARES VELOSO

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo caracterizar e interpretar os níveis de ocupação de cronologia alto-medieval identificados no nº. 5 da Rua de D. Hugo. Este arqueossítio implanta-se em pleno centro histórico da cidade do Porto e constitui um ponto de referência na sua arqueologia, tendo sido alvo de três campanhas de escavação entre 1984 e 1987.

O trabalho alicerçou-se na quantificação e na descrição de um conjunto heterogéneo de materiais arqueológicos, recolhidos nas referidas escavações, tendo em vista deduzir o modo de vida e os padrões de consumo da comunidade que ocupou este espaço. O espólio é predominantemente cerâmico, tendo sido identificados exemplares de cerâmica comum, cerâmica fina e cerâmica de transporte, em graus variados de preservação. Neste estudo procurou-se determinar o número mínimo de indivíduos, as técnicas de manufatura e as formas originais destes exemplares cerâmicos, bem como as suas possíveis proveniências e cronologias.

Uma vez que muitos dos registos de escavação se perderam em consequência da passagem do tempo, a cronologia dos materiais foi especialmente importante para a datação das diversas camadas estratigráficas. Mais do que uma visão estática, procurou-se determinar como se alteraram as vivências quotidianas deste espaço, ao longo das três fases de ocupação que identificámos.

PALAVRAS-CHAVE:

Alta Idade Média, Período Suevo-Visigótico, Cidade, Comércio, *Sigillata* Tardia

**OCCUPATION AND CONSUMPTIONS IN PORTO THROUGH THE
ARCHAEOLOGICAL SITE OF *RUA DE D. HUGO, Nº. 5* (5TH - 8TH CENTURIES)**

JOÃO LUÍS ÁLVARES VELOSO

ABSTRACT

The aim of this dissertation was to characterize and interpret the early medieval occupation levels identified in the archaeological site known as *Rua de D. Hugo, nº. 5*, which is located in the historical centre of the city of Porto. It is a point of reference in the city's archaeology, having been the subject of three excavation campaigns between 1984 and 1987.

The work here presented was based on the quantification and description of a heterogeneous set of archaeological material, collected in the excavations, in order to deduce the way of life and consumption patterns of the community that occupied this space. The remains are predominantly ceramic, and examples of coarse ware, fine tableware, and transport containers, in varying degrees of preservation, have been identified. This study sought to determine the minimum number of individuals, the manufacturing techniques and the original forms of these ceramic vessels, as well as their possible provenances and chronologies.

Since many of the excavation records were lost as a result of the passage of time, the chronology of the remains was especially important for the dating of the various strata. Beyond only providing a static image of the past, this work endeavoured to determine how the daily life practiced in this space changed throughout the three identified phases of occupation.

KEYWORDS:

Early Middle Ages, Suevic-Visigothic Period, City, Trade, Late Roman Fine Ware

ÍNDICE

1. Introdução	1
1.1. Apresentação.	1
1.2. Objetivos.	4
1.3. O arqueossítio da Rua de D. Hugo, nº. 5: localização geográfica e descrição dos trabalhos de escavação.	6
1.4. O Porto e o Noroeste Peninsular durante o período suevo-visigótico (409-716 d.C.): Estado da Arte.	12
2. Metodologia	20
3. O contexto e os materiais arqueológicos.....	28
3.1. A Estratigrafia	28
3.2. O conjunto cerâmico	32
3.2.1. Cerâmica comum	32
Contabilização	32
Técnicas de Fabrico	35
Análise Macroscópica das Pastas	36
Grupos de Fabrico	40
Classificação Morfológica.....	42
Decoração.....	46
3.2.2. Cerâmica fina.....	48
Contabilização	48
Técnicas de fabrico.....	50
Análise Macroscópica das Pastas	51
Classificação Morfológica.....	52
Decoração e outras peças de interesse.....	53
3.2.3. Cerâmica de Transporte	55
Contabilização	55
Técnicas de Fabrico	56
Análise Macroscópica das Pastas	57
Classificação Morfológica.....	59
3.3. Outros materiais.....	60
Metalurgia	60
Pesca.....	60
Ócio	60

4. Discussão	63
4.1. Estratigrafia e Cronologia	63
4.2. Interpretação do contexto	66
Fase I – Baixo Império	66
Fase II – Transformação	67
A camada dita de incêndio – destruição generalizada ou episódio pontual?.....	69
Fase III – Limpeza e Reocupação	70
Conclusão	73
Bibliografia	77

LISTA DE ABREVIATURAS

Ânf.	Ânfora
ARS (=TSA)	<i>African Red Slip Ware (=Terra Sigillata Africana)</i>
CF	Cerâmica Cinzenta Fina
Drag.	<i>Dragendorff</i>
ENP	Elemento Não Plástico
EV	Cerâmica de Engobe Vermelho
NMA	Número Mínimo Alargado
NMI	Número Mínimo de Indivíduos
TS	<i>Terra Sigillata</i>
TSA (=ARS)	<i>Terra Sigillata Africana (=African Red Slip Ware)</i>
TSBT	<i>Terra Sigillata Bracarense Tardia</i>
TSH	<i>Terra Sigillata Hispânica</i>
TSHT	<i>Terra Sigillata Hispânica Tardia</i>
UD	Unidade de Depósito

1. Introdução

1.1. Apresentação.

O estudo dos chamados “horizontes de transição” acarreta uma série de problemas, inerentes ao facto de aqueles fazerem a ponte entre períodos cronológicos distintos, de características muito particulares, que nem sempre se conciliam facilmente. Em ciências históricas, não raramente caímos na tendência de encararmos estes mesmos períodos como compartimentações estanques, necessariamente incompatíveis, e, por isso, o investigador que se debruce sobre o século V d.C. depara-se com uma “crise identitária” ao tentar encaixá-lo nos trâmites, digamos, estereotipados da Tardo-Antiguidade ou da Idade Média.

Talvez por isso se justifique o facto de, frequentemente, lermos trabalhos que, mais do que tentar caracterizar os contextos alto-medievais *per se*, procuram antes retirar deles testemunhos de “rutura” e/ou “continuidade” com o passado romano, como se o que determinasse a Alta Idade Média fosse o seu grau de incompatibilidade com esse período¹. A propósito desta questão, recordamos a obra essencial de Chris Wickham, *Framing the Early Middle Ages*, em cuja introdução o autor debate precisamente estas perspetivas e justifica o facto de não se considerar nem um catastrofista, nem um continuísta (2005: 10-13). Segundo este autor, o principal problema de nos limitarmos a procurar provas de rutura e continuidade é que estas, por si, de pouco valem. Com efeito, rutura e continuidade há sempre, mesmo em casos de mudança dramática: a menos que um grupo invasor extermine ou expulse todos os indígenas de um local – coisa que as populações germânicas certamente não fizeram –, independentemente de haver mudanças a nível da governação (relativas ao fisco, à composição das elites ou à aplicação da lei), podem não se alterar radicalmente as vivências quotidianas da maioria da população, tais como o artesanato local ou a organização da exploração agrícola.

¹ Esta situação está bem patente no próprio título do congresso realizado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses em março de 2019: “A Península Ibérica entre os séculos V e X, Continuidade, Transição e Mudança”.

A título de exemplo, tome-se o comércio de *terra sigillata* foceense durante o século VI, que atinge as costas do Noroeste da Península Ibérica (Delgado *et al.*, 2014), bem como as da Grã-Bretanha meridional (Campbell, 2007) e da Aquitânia (Bonifay, 2012). É certo que representa uma continuidade, no sentido em que, de facto, se mantém uma tradição artesanal tipicamente romana, que é distribuída através do “lago romano” que outrora fora o Mediterrâneo. No entanto, parece-nos descabido ensaiar interpretações que procurem através deste fenómeno justificar o desejo da manutenção das práticas económicas do Império, ou até mesmo de todo o seu *modus vivendi*, em territórios tão díspares e que viveram reconfigurações tão diferentes como o Reino Suevo, a Gália Merovíngia ou a Grã-Bretanha Anglo-Saxã.

Para além disto, a Alta Idade Média não se vê somente refém do seu passado, mas também do seu futuro. Isto porque, na ânsia de conferir à História um fio condutor, os investigadores leem por vezes relações de causalidade em circunstâncias onde as não há necessariamente. Como observamos os acontecimentos à luz de vários séculos, somos condicionados pelo facto de já sabermos o desfecho da História, e, se não combatemos esta tendência, caímos no vício da teleologia. No caso concreto da Alta Idade Média, lemo-la frequentemente como uma antecâmara da Plena Idade Média, como uma idade “que leva a algum lado”, onde procuramos encontrar o gérmen das eras subsequentes.

A principal consequência de se insistir em fazer da Alta Idade Média uma época de transição é, por contraste, fazer com que as restantes periodizações pareçam intervalos de estagnação, em que pouca ou nenhuma mudança se operou. Pelas razões que já enumerámos, isto parece-nos absurdo.

Posto isto, decidimos, para a presente tese de Mestrado, estudar um contexto alto-medieval. Consideramos importante, para combater os vícios acima referidos, estudar arqueossítios na sua escala mais reduzida, a nível das vivências quotidianas que nele se praticavam, sem nos prendermos em demasia ao seu enquadramento político ou às transformações que se operavam a larga escala. Isto não quer dizer que sejamos adversos a tais estudos de conjunto, que nos permitam obter uma visão de todo de determinada região, muito pelo contrário. Todavia, é nossa convicção que, para que possamos inter-relacionar vários arqueossítios a média ou larga escala com

segurança, é imperativo, numa primeira fase, que estes sejam conhecidos em profundidade por aquilo que representam isoladamente.

Optámos por estudar a cidade do Porto, porque, não obstante ser a segunda cidade do país e ter níveis suevo-visigóticos escavados, verificámos uma certa quebra na produção do conhecimento científico, especificamente sobre a sua Alta Idade Média, desde a viragem do milénio.

Dado que, em paralelo, se tem verificado um grande aumento do conhecimento arqueológico de outras cidades do Noroeste Peninsular, assim como, consequentemente, das rotas comerciais em que se inseriam e dos seus ritmos de produção e consumo, achámos oportuno visitar um contexto arqueológico da *Invicta*, para que no futuro a pudéssemos integrar na leitura do passado alto-medieval da região.

Elegemos estudar o arqueossítio da Rua de D. Hugo, nº. 5, pelo papel simbólico que tem na arqueologia portuense – as campanhas de escavação que o identificaram, entre 1984 e 1987, constituíram a primeira verdadeira tentativa de estudar o passado arqueológico da cidade com métodos e objetivos modernos. O facto de neste sítio se ter igualmente identificado a mais longa sequência estratigráfica em perímetro urbano é outro fator que reveste o sítio de importância. Achámos oportuno visitar os seus materiais, 35 anos após terem sido exumados, tendo em vista publicá-los e dá-los a conhecer à restante comunidade científica, já que eram na sua maioria inéditos. Por outro lado, quisemos reinterpretá-los à luz do conhecimento produzido acerca de contextos alto-medievais semelhantes nas últimas décadas.

1.2. Objetivos.

Antes de principiar o trabalho, verificámos a necessidade de definir claramente os seus objetivos e limites. Nomeadamente, começámos por determinar quais os materiais que pretendíamos estudar. O presente estudo debruça-se sobre as peças recolhidas nas campanhas de escavação de 1984, 1986 e 1987 que, à data do princípio do trabalho, se encontravam depositadas na sede dos Serviços de Arqueologia da Câmara Municipal do Porto. Esta decisão deveu-se ao facto de cedo termos constatado que alguns materiais não nos seriam acessíveis. Com efeito, certos artefactos listados nos relatórios de escavação e cadernos de campo – nomeadamente ânforas e cerâmicas finas bracarenses – não se encontravam em depósito, uma vez que já haviam sido requeridas para estudo por parte de outros investigadores. Uma vez que estes últimos não os tinham publicado nem devolvido, fizemos por recuperar esse espólio, mas, ou por indisponibilidade dos investigadores ou por se ter perdido o paradeiro dos materiais nas últimas três décadas, não as conseguimos integrar neste trabalho.

Para além disso, determinámos que só seriam tidos em conta materiais provenientes do arqueossítio localizado no nº. 5 da rua de D. Hugo, independentemente de se terem, entretanto, realizado outras escavações e sondagens arqueológicas na mesma rua. Definimos como âmbito cronológico desta tese o período suevo-visigótico, que estabelecemos, *grosso modo*, entre a entrada de novas populações indo-europeias na Península Ibérica após 409 e a conquista omíada do Porto em 716. Assim sendo, restringimos o estudo às camadas estratigráficas relevantes para o estudo dessa cronologia, que, como elaboraremos na Metodologia, correspondem aos estratos 5, 5a, 6, 7, 7a, 7b e 7c.

Tendo em vista compreender o quotidiano deste espaço e a sua evolução ao longo do tempo, procurámos, em primeiro lugar, identificar as atividades praticadas no seu interior, através da quantificação e descrição do espólio exumado. Interessava-nos, particularmente, identificar eventuais testemunhos de atividades produtivas e artesanais. Sendo o conjunto artefactual eminentemente cerâmico, procurámos também determinar quais as formas mais comuns, quais as suas técnicas de fabrico, e

de que modo é que as tendências de produção e consumo se alteraram com o passar do tempo. Interessava-nos de igual modo perceber quais dessas peças eram produções locais e que proporção ocupavam as peças importadas no mercado. Para além disso, considerámos pertinente determinar a proveniência das peças exógenas, de modo a reconstruir os circuitos comerciais em que o Porto se inseria durante o princípio da Alta Idade Média. Finalmente, procurámos perceber como é que este contexto se compagina com o que sabemos acerca do restante Noroeste Peninsular durante o período suevo-visigótico.

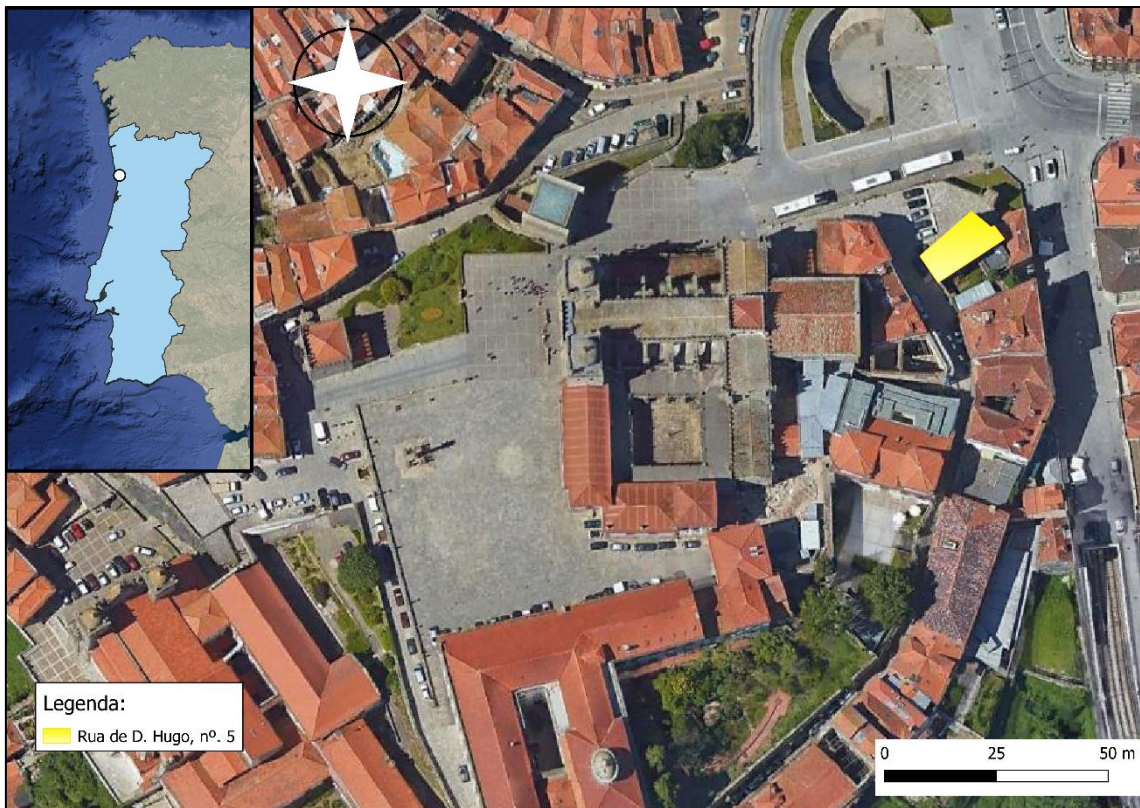
1.3. O arqueossítio da Rua de D. Hugo, nº. 5: localização geográfica e descrição dos trabalhos de escavação.

O sítio arqueológico que nos propusemos a estudar foi identificado em 1984, na sequência das campanhas de renovação urbana levadas a cabo pelo CRUARB² na zona do chamado Morro da Sé (mapa 1). Com efeito, ao principiarem-se os trabalhos no interior da casa sita no nº. 5 da Rua de D. Hugo, identificou-se imediatamente um lajeado de aparência antiga. A consulta de documentos preservados no Arquivo Histórico Municipal levou à conclusão de que se estava perante o pavimento de uma cocheira do século XIX, cuja construção tinha sido requerida pelo então proprietário do imóvel, Manuel Cardoso Corte Real, em 27 de julho de 1871 (Real, *et al.*, 1985/86: 16). O valor patrimonial destas estruturas justificou que se principiasse uma campanha de escavações de caráter de emergência, que se concentrou em dois polos: para além da referida moradia, interveio-se também o edifício dos Paços do Concelho, erroneamente designada “Casa dos Vinte e Quatro”, que a presente tese não aborda.

O arqueossítio da Rua de D. Hugo, nº. 5, localiza-se na atual União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, no centro histórico da cidade do Porto. As suas coordenadas UTM são 29T 232670mE 4554697mN (Carta Militar de Portugal, esc. 1:25.000 pág. 122). A sua posição, nas traseiras da Sé Catedral, revestia-o de particular interesse científico pelo facto de as suas paredes estarem adossadas ao então único trecho conhecido da muralha primitiva da cidade, cujos alicerces ainda não tinham sido escavados nem datados.

Por esta razão, entre 26 de março e 31 de dezembro de 1984, realizou-se a primeira escavação arqueológica, sob a responsabilidade de Manuel Luís Real, Chefe de Divisão do Arquivo Histórico Municipal, Mário Jorge Barroca, então assistente de Arqueologia Medieval na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e Rui Tavares, assistente de Arqueologia na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

² Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo.



Mapa 1 - Localização do arqueossítio da rua de D. Hugo, nº. 5, no Morro da Sé

Afirmámos na apresentação do presente trabalho que esta campanha inaugurou a prática moderna da Arqueologia Urbana no Porto. De facto, embora não sendo a primeira escavação em solo portuense, distingue-se das que a precederam tanto pelos seus objetivos, como, sobretudo, pela sua metodologia. Deu-se nela particular importância ao registo, fosse através de desenhos, fotografias a preto e branco, ou descrições detalhadas das camadas estratigráficas. Os materiais foram registados em função do local de onde foram recolhidos. Estas práticas são correntes nos trabalhos dos nossos dias, mas em Portugal de há 37 anos constituíam uma inovação. Alguns dos métodos aplicados diferem dos hodiernos, todavia, e, por isso, achamos que se justifica o seu esclarecimento.

Começamos pela estratigrafia horizontal. A planta do sítio foi dividida em *setores*. Hoje chamar-lhes-íamos *quadrículas*, e, essencialmente, desempenhavam a mesma função de organização do espaço. A sua principal diferença consiste em os setores serem de geometria irregular. São retangulares (ou, se se tiverem de adaptar à

planta da casa, como os setores 3 e 5, são sub-retangulares). Raramente são perfeitamente quadrados e, por terem lados de dimensões variadas, têm também áreas pouco proporcionais. Na campanha de 1984 abriram-se os setores 1, 3 e 5. Foram-lhes atribuídos números sequenciais. Os números 2 e 4 foram reservados a sondagens no exterior da muralha.

Quanto à estratigrafia vertical, foi dedicada particular atenção às camadas estratigráficas naturais, que foram registadas minuciosamente através da sua numeração e de descrições pormenorizadas. Ao estudarmos a documentação resultante desta campanha, dispúnhamos de copiosos desenhos de cortes estratigráficos que ilustravam bem a sequência das camadas.

A escavação foi feita em camadas regulares de 10 a 20 cm e os materiais recolhidos por *complexos*. Este último conceito talvez requeira uma explicação. Trata-se de uma técnica de referenciação espacial dos materiais que, recentemente, tem caído em desuso. Os complexos são camadas artificiais que subdividem os estratos naturais. A cada complexo é atribuído um número de três algarismos redigido entre iguais (e.g.: =015=) Um complexo é assim definido por pertencer apenas a uma camada estratigráfica e apenas a um setor. Assim sendo, em teoria, sabendo-se de que complexo provém determinada peça, sabemos instantaneamente de que setor e camada foi recolhida, podendo-se, portanto, localizá-la “tridimensionalmente”.

À data da conclusão da primeira campanha, já se puderam avançar algumas conclusões acerca da ocupação do espaço. No que concerne as estruturas arquitetónicas, datou-se com precisão o prédio como sendo do século XVIII, e verificou-se que este aproveitava estruturas de uma casa gótica baixo-medieval. Esses muros do final da Idade Média, por sua vez, assentavam sobre alicerces dos séculos III-IV d.C.. Foi também identificada uma estrutura de planta retangular e cantos redondos, que os responsáveis pela escavação interpretaram como típica de um castro romanizado, datada do século I d.C.. Abaixo destas, localizou-se um outro conjunto arquitetónico, redondo, atribuível pelo material cerâmico aos séculos III-IV a.C. (Real, Barroca e Tavares, 1984: 12).

Quanto ao espólio, os signatários do relatório de escavação salientam que este estava altamente fragmentado (facto que viemos a verificar ao estudá-lo) e destacam, entre outros:

- Cerâmica comum vidrada do século XVI-XVII;
- Cerâmica cinzenta e vidrada do século XIV-XV;
- Cerâmica decorada do século XII-XIII;
- Cerâmica “provavelmente suevo-visigótica”;
- *Sigillata* clara C, sudgálica e hispânica;
- Cerâmica romana e vidro alto-imperiais;
- Cerâmica de tipo castrejo;
- Cerâmica de importação púnica.

Estava, portanto, comprovada a longa diacronia de ocupação do sítio, que se estendia, ininterruptamente, desde a Idade do Ferro à Contemporaneidade. Para além disso, identificou-se o primitivo núcleo populacional da cidade, refutando-se assim a teoria de Mendes Corrêa que, desde a primeira metade do século, o localizava no Morro da Cividade (Silva, 1994: 66-67).

Este trabalho teve seguimento em novas escavações, dois anos mais tarde. Os trabalhos de 1986 foram da inteira responsabilidade de Manuel Luís Real, já que os outros dois investigadores “por absoluta indisponibilidade de tempo, não puderam acompanhar os trabalhos” (Real, 1986: 1).

O processo de escavação consistiu em abrir novos setores. A planta anexada ao relatório desta escavação inclui pela primeira vez os setores 6, 7, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33. A sua articulação permitiu que se escavasse praticamente todo o interior da casa contemporânea e, conseqüentemente, obter-se um corte que a atravessa longitudinalmente. Refira-se, contudo, que o desenho desse perfil inclui um novo setor, 14, que não surge representado na planta.

A expansão da área de escavação trouxe à luz novos dados em consonância com os da campanha anterior. Nomeadamente, identificou-se uma rua secundária que ligaria a de D. Hugo à muralha em época medieval, abandonada em época moderna, assim como uma segunda estrutura romana, datada do século I d. C. O espólio

exumado é de características semelhantes ao da campanha anterior, em igual copiosidade e grau de fragmentação.

Face à necessidade de se consolidar a integridade estrutural do edifício, os trabalhos de escavação tiveram de ser interrompidos. Foram concluídos no ano seguinte, desenrolando-se até abril de 1987, altura em que foram definitivamente parados por razões de segurança (Real *et al.*, 1987: 1).

Nesta última campanha abriram-se novos setores, aplicando-se a mesma metodologia que nos anos anteriores. O relatório de escavação da campanha de 1987 republica a planta do ano anterior, pelo que não nos informa acerca do número nem localização desses novos setores. As marcações nos materiais, todavia, revelam a existência de peças provenientes dos setores 8, 25, 34 e 37. Para além disso, a menção a setores 3a e 11a leva-nos a crer que estes tenham sido, a dada altura, subdivididos de alguma forma.

No quadrante noroeste do sítio identificou-se nessa escavação uma nova estrutura redonda, datável do séc. II-I a.C. O espólio obtido é de características idênticas ao dos anos anteriores, tendo-se identificado, para além disso, uma mó de calcário entre o pavimento da cocheira do século XIX. Também foram encontradas ossadas de um cervídeo entre os restos de uma lareira de meados do século I d.C.. O estudo destes ossos, por parte da Dr^a. Teresa da Cunha Lopes revelou que para a sua degradação tinha contribuído o facto de terem sido cozinhados (*Idem, Ibidem*: 2).

O último relatório revela ainda a localização do primeiro local de depósito dos materiais arqueológicos: uma torre medieval cedida para o efeito pelo CRUARB, situada na Rua de Baixo, nº. 5. Nos cadernos de campo é igualmente referido que, enquanto as várias fases de escavação decorriam, os materiais recolhidos foram sendo lavados e marcados.

Aquando do princípio do nosso estudo, os materiais encontravam-se armazenados no depósito dos Serviços de Arqueologia da Câmara Municipal do Porto, situados no Palacete dos Viscondes de Balsemão, na Praça de Carlos Alberto. Apesar de nunca ter sido alvo de um estudo sistemático e profundo, o espólio encontrava-se

já separado segundo a sua cronologia, *grosso modo*, o que nos facilitou a seleção dos materiais que interessavam à presente dissertação.

À data da redação deste trabalho, planeia-se uma futura realocação do espólio arqueológico armazenado no Palacete para um futuro polo museológico, onde se lhe possa dar a devida dignidade, assim como facilitar o seu estudo através da construção de um espaço especialmente destinado a tal.

1.4. O Porto e o Noroeste Peninsular durante o período suevo-visigótico (409-716 d.C.): Estado da Arte.

Verdadeira finisterra, e inegavelmente menos romanizada do que as suas congéneres meridionais, nem por isso a província da *Gallaecia* se isolou completamente das vias de comunicação mediterrânicas da Tardo-Antiguidade. Prova disto é o périplo empreendido por Egéria aos lugares sagrados de Roma e do Próximo Oriente, entre 381 e 384 (Real, 2014: 14). Para além de um detalhado itinerário, os seus escritos são documentos notáveis, pois refletem a mundividência de uma mulher do Noroeste Peninsular em finais do século IV d.C., que concedia especial importância nas suas reflexões à sociedade e à liturgia do seu tempo.

Certamente, Egéria não seria a única galaica que se interessava pelas questões culturais e de fé. Se assim não fosse, dificilmente se verificaria a entusiástica adesão ao Priscilianismo no Noroeste Peninsular. De facto, após Prisciliano (c. 340-385) ter sido executado por *maleficium* em Tréveris, os seus restos mortais foram reverentemente trazidos para a *Gallaecia*, como relíquias de um santo (Mattoso, 1992: 288). Esta província constituir-se-ia nos séculos subsequentes como um verdadeiro bastião da heresia, que só seria definitivamente expugnada com as reformas de S. Martinho de Dume.

A esta dinâmica cultural, todavia, vir-se-ia a juntar, a partir do início do século V, o contacto, raramente fácil, das comunidades hispano-romanas com Vândalos, Suevos e Alanos. Mesmo reconhecendo-se o carácter catastrofista e xenófobo da narração de Idácio de Chaves, é admissível que a entrada dos povos ditos bárbaros na Península Ibérica em 409, em resultado da guerra civil decorrente da morte do imperador Teodósio, tenha causado grande instabilidade, como testemunham os numerosos entesouramentos da época, assim como a fuga de diversos bispos hispanos para o Norte de África (*Idem, ibidem*: 305).

A partir dessa data, intensificam-se os recontros entre bárbaros e hispano-romanos, que recorrem aos *foederati* visigodos para apaziguar este território, longamente sangrado pela guerra civil e pela anarquia. Por volta de 415, estes últimos

aniquilam totalmente Alanos e Vândalos Silingos das províncias mais meridionais. Quanto aos Suevos, todavia, não parecem, a princípio, constituir uma grande ameaça para os hispano-romanos. De facto, quando os Vândalos Asdingos disputam a posse da *Gallaecia* aos Suevos em 419, os hispano-romanos, possivelmente optando pelo mal menor, vão em auxílio destes últimos, o que lhes permite resistir (Mattoso, 1992: 306). Cerca de 430, após os Asdingos transitarem definitivamente para o Norte de África, o Reino Suevo assume-se, pois, como o único domínio germânico na península, que sob a égide do rei Réquila (m. 448) se estenderá do extremo norte da *Gallaecia* a toda a *Lusitania* e, inclusivamente, parte da *Baetica*. Como tantos outros reinos germânicos, este “*Regnum Sueborum*” nasce da apropriação dos direitos do fisco, da administração e da justiça por parte dos guerreiros suevos, que não destroem totalmente as instituições romanas, mas dão-lhes novo propósito e ignoram as que não lhes interessam (*confr.* Wickham, 2005: 80-124). Lentamente, a burocracia imperial, constituída por funcionários e magistrados romanos, acaba por definir, visto serem desnecessários segundo a conceção germânica do poder, que reúne na figura do monarca e da sua *Gefolge* todas aquelas funções (Mattoso, 1992: 328-335).

É o sucessor de Réquila, Requiário (m. 456), o primeiro rei suevo a converter-se ao Catolicismo (*Idem, ibidem*: 307). Este gesto é revelador da absorção por parte da Coroa sueva da cultura dos seus novos súbditos. Por outro lado, é uma forma de distanciamento cultural dos outros povos germânicos, arianos. Isto não implica, todavia, um total afastamento político, já que Requiário desposa uma filha do rei visigodo Teodorico I (m. 451). É também o primeiro rei germano a cunhar moeda em seu próprio nome, o que não deixa de ser significativo, uma vez que esta é uma forma de demonstração de poder tipicamente romana (*Idem, ibidem*: 308).

A ambição expansionista de Requiário, contudo, leva os seus vizinhos hispano-romanos a invocar, uma vez mais, o auxílio dos Visigodos, então liderados por Teodorico II (426-466). Derrotado nas margens do rio Orbigo pelo exército do seu cunhado, o rei suevo refugia-se no *castrum* do Porto, onde virá a ser capturado (Silva, 1994: 99). Ao invés de absorver o reino suevo, todavia, Teodorico entrega-o a um cliente seu, de nome Agiulfo (m. 457). A sua imposição não foi recebida pacificamente,

tendo-se contra ele levantado um outro caudilho, Maldras (m. 460), que, também no Porto, o terá assassinado (Real *et al.*, 1985/86: 19).

O apoio a Maldras, contudo, não foi consensual, tendo uma facção dos suevos apoiado um novo potentado, Frantano (m. 457), o que espoletou uma renovada guerra civil. Maldras foi sucedido por Frumário (m. 463), e Frantano por Requirundo (m. 463). Coube a Remismundo, porém, reunificar o reino suevo, que governou até à sua morte (469) (Mattoso, 1992: 309). Também se converteu ao Arianismo, de modo a reaproximar-se dos Visigodos (*Idem, ibidem*: 307).

Uma vez que a narração de Idácio termina no ano da morte de Remismundo, deixamos de ter notícias do reino suevo durante 81 anos, até 550. Gregório de Tours dá conta neste ano da conversão do rei dos Suevos, Carriarico (m. 559), ao Catolicismo, pela mão de S. Martinho de Dume (*Idem, ibidem*: 312). Somos levados a crer que, a esta data, o reino suevo seria uma entidade política relativamente estável, que se estenderia de Tui à Egitânia.

A obra de S. Martinho de Dume (c. 510-579) é sobejamente conhecida. Oriundo da Panónia, fixou-se no reino suevo, onde promoveu intensamente a prática do monasticismo. Foi ordenado bispo de Braga por volta de 570 e, a partir dessa diocese, reorganizou a igreja sueva (Real, 2014: 16). Esforçou-se por combater a heterodoxia, nomeadamente os priscilianistas, assim como alguns resquícios de paganismo, como se verifica na sua epístola *De correctione rusticorum*, dedicada ao bispo Polémio de Astorga (Mattoso, 1992: 313).

Em 585, contudo, o reino suevo é finalmente anexado pelos Visigodos, e as referências documentais relativas ao Noroeste Peninsular tornam-se de novo parcas, em detrimento do que se passa na sua nova capital, Toledo. Este silêncio das fontes sugere que a assimilação dos Suevos se tenha feito sem grandes percalços, para o que terá também contribuído a conversão dos Godos ao Catolicismo.

Não obstante, não nos podemos furtar de referir a persistência de um certo conservadorismo galaico, patente nas práticas religiosas. Refira-se, por exemplo, a reprovação dedicada aos presbíteros da *Gallaecia* no IV Concílio de Toledo, por usarem tonsura diferente da dos demais sacerdotes da península. José Mattoso aponta esta

demarcação como uma justificação para o facto de, mesmo após a supressão do Reino Suevo, as dioceses de Coimbra, Viseu, Lamego e Idanha se manterem sob a alçada do metropolitano de Braga, e não de Mérida, como as restantes dioceses lusitanas (Mattoso, 1992: 320).

Tal como o restante reino visigótico, todavia, o Noroeste da Península Ibérica cairia pouco mais de um século mais tarde, ante as tropas da dinastia omíada de Damasco. Vários historiadores realçam a fragilidade do estado visigodo, “minado por incessantes e violentas lutas entre fações da nobreza, atrofiado pela decadência administrativa e fiscal, debilitado pelo desmantelamento da rede comercial e de produção, sangrado pelas perseguições movidas contra os Judeus (...)” (*Idem, ibidem*: 321), de que é testemunho a rápida conquista da península após as invasões muçulmanas de 711-714. Segundo a crónica, a própria cidade do Porto terá sido capturada em 716 (Silva, 1994: 105), terminando assim o seu período suevo-visigótico.

A leitura da secção anterior evidencia que, ainda que a historiografia nos forneça dados detalhados acerca da realidade política do Noroeste Peninsular durante o período que medeia a queda do Império Romano do Ocidente e a conquista omíada, há duas incógnitas que resta solucionar, de especial importância para esta tese.

A primeira diz respeito ao silêncio das fontes relativamente à atual cidade do Porto. A Crónica de Idácio de Chaves refere-a duas vezes. O facto de, em ambas as referências, um monarca, derrotado ou ameaçado por rivais, se vir refugiar no seu interior leva-nos a deduzir uma certa importância do povoado enquanto bastião. A utilização do vocábulo *castrum* para o designar contribui também para esta interpretação. Não sendo um dos centros principais de poder político do Reino Suevo, esta cidade, teria, contudo, um papel estratégico proeminente, assim como na definição do território. Com efeito, a *Divisio Theodemiri*, ou “Paroquial Suevo”, também a enumera. Este documento, todavia, levanta problemas adicionais. Concretamente, no “Paroquial” são referidas, não uma, mas duas paróquias

portugalenses. A primeira, *Portucale castrum antiquum* é um aglomerado urbano localizado na margem meridional do rio Douro, enquanto que o núcleo mais recente, designado como *Portugalensem in castro novo*, se localizaria na margem Norte, e, portanto, corresponderia à moderna cidade do Porto. O facto de os suevos ainda designarem nesse documento o povoado setentrional como “novo” levou historiadores como Pierre David a atribuir a fundação da cidade a esse povo (David, 1947 *apud* Real e Silva, 2018: 205). Como a arqueologia veio a revelar, todavia, o seu núcleo populacional tem uma origem bem mais remota, o que não impediu a perduração dessa teoria na memória coletiva da cidade. Com efeito, a leitura de uns quantos guias turísticos prontamente revelará a persistência deste equívoco, plasmado nomeadamente na designação da muralha primitiva como “cerca sueva”.

O último dado documental que consideramos pertinente referir diz respeito à fundação da Diocese do Porto, já depois da conquista visigoda do reino suevo. Esta não é verdadeiramente uma fundação *ex novo*, mas antes uma transferência. A sé primitiva situar-se-ia em Meinedo, no atual concelho de Lousada. O Paroquial Suevo refere esta paróquia, designada como *Magnetum*. Em 572, o II Concílio de Braga conta pela última vez com o bispo de *Magnetum*, que virá a desaparecer dos registos eclesiásticos. Por outro lado, no III Concílio de Toledo, de 589, surge pela primeira vez o novo bispo do Porto, que, como os demais bispos visigodos, nele abjura o Arianismo (Silva, 1994: 103).

A segunda incógnita que consideramos urgente resolver diz respeito às vivências quotidianas da população local. Ainda que disponhamos de bastantes dados relativos às elites e aos centros de poder do período suevo-visigótico, pouco podemos dizer acerca do dia-a-dia daqueles a que Fernão Lopes chamaria a *arraia miúda*. Na introdução deste trabalho justificámos a necessidade de conhecer a realidade histórica na sua escala mais reduzida para podermos ensaiar perspetivas mais alargadas com segurança. É neste âmbito que a Arqueologia assume um papel preponderante. Achamos imperativo que se estude a cultura material da população da cidade do Porto para que possamos avançar conclusões acerca da produção, consumos e comércio da mesma.

Felizmente, não somos os primeiros a ter esta opinião. De facto, a cidade do Porto foi pioneira no que diz respeito à prática da Arqueologia Urbana, contando com uma grande quantidade de escavações arqueológicas no último quartel do século XX, que tiveram as suas origens nas já referidas escavações do Morro da Sé. Os primeiros resultados destas escavações – que, como vimos, incluem também os Paços do Concelho – foram publicados numa separada do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto (Real *et al.*, 1985/86), que constitui hoje um ponto de partida sólido para quem queira conhecer o passado arqueológico da cidade.

Durante as décadas seguintes, deveu-se ao Gabinete de Arqueologia Urbana o louvável esforço de compilar e ler numa visão de conjunto todos os resultados provenientes das diversas intervenções arqueológicas executadas no perímetro urbano, sintetizado em diversas publicações, algumas das quais de índole metodológica, incidindo sobre a própria prática da Arqueologia Urbana (Osório e Silva, 1994 e 1995). O resultado deste trabalho está explícito no número 9 da segunda série da revista *Almadan*, que foi inteiramente dedicado à região do Porto. Deste número destacamos o artigo *Rua D. Hugo, 5, um arqueossítio fundador*, que constitui uma síntese dos resultados da escavação de 1984-87 (Silva, 2000). Dessa publicação salientamos também *Largo do Colégio, 9-12, entre a muralha romana e a românica?*, que amplifica o estudo do núcleo populacional identificado no Morro da Sé, através da divulgação de um novo arqueossítio na sua proximidade, de características muito semelhantes (Cleto e Varela, 2000).

O Morro da Sé manteve-se o núcleo arqueológico por excelência da cidade e, em 1997, foram trazidos ao prelo os resultados da escavação da Casa-Museu Guerra Junqueiro (Osório e Silva, 1997), nas proximidades do Arqueossítio da Rua de D. Hugo, nº. 5. Todos estes trabalhos dão conta no Morro da Sé de uma longa sobreposição de ocupações, que principia na Idade do Ferro e termina na Contemporaneidade. Verificamos, todavia, que certas épocas históricas – tais como a romana e a Idade Moderna – foram bastante privilegiadas nas publicações, em prejuízo de outras, menos atrativas.

Esta tendência verifica-se inclusivamente em outras áreas geográficas da cidade, tais como a Casa do Infante, intervencionada em princípios da década de 1990.

Nos artigos acerca deste arqueossítio, foi dado principal enfoque às estruturas de maior destaque arquitetónico, tais como o extraordinário piso em mosaico romano, ou as monumentais estruturas da Alfândega Régia e Casa da Moeda baixo-medievais (Real *et al.*, 1994 e 1995).

O novo milénio constituiu um ponto de viragem da prática arqueológica na cidade. Embora tenha havido um aumento inegável de intervenções arqueológicas na cidade nas últimas duas décadas, não contamos com um equivalente aumento das publicações científicas. O artigo publicado no volume de estudos da exposição *In Tempore Sueborum*, realizada em Ourense entre dezembro de 2017 e maio de 2018, comprova isso mesmo. Ainda que tenha sido publicada em 2018, esta síntese da permanência sueva da cidade baseia-se, eminentemente, nos dados arqueológicos obtidos nas escavações dos anos '80 (Real e Silva, 2018).

No que diz respeito ao restante Noroeste Peninsular, as últimas décadas têm sido particularmente férteis quanto ao estudo da Alta Idade Média. Braga, a capital da província da *Gallaecia* e, depois, do reino suevo, tem sido alvo de numerosos artigos. Salientamos, no que diz respeito ao seu urbanismo, Fontes *et al.*, 2010. Quanto a estudos de cerâmica, não podemos deixar de referir Delgado, 1988, Delgado e Morais, 2009, Delgado *et al.*, 2014, Morais, 2007, Morais, 2010, e Quaresma e Morais, 2012.

A vizinha cidade de Vigo, na Galiza, tem sido alvo de um estudo de materiais cerâmicos intensivo, plasmado nos trabalhos de Adolfo Fernández Fernández (2007, 2012), assim como em Fernández e Bartolomé Abreira, 2016, Fernández e Arias, 2007, Fernández e Capelli, 2014.

Falando do Porto, não nos podemos furtar a enumerar os trabalhos arqueológicos que têm vindo a ser desenvolvidos na margem sul do Douro, nomeadamente no Castelo de Crestuma, Vila Nova de Gaia, onde foram exumados numerosos materiais tardo-antigos e alto-medievais dignos de nota (Silva *et al.*, 2015).

O estudo destas coleções de materiais, nomeadamente das cerâmicas de importação, levou a que fossem avançadas propostas acerca das rotas comerciais tardo-antigas e da Alta Idade Média que atingiam o Noroeste Peninsular. Acerca desta realidade, leiam-se Morais, 2001, para o caso de Braga, assim como Fernández 2014a,

2014b e 2015 para Vigo. Duggan, 2016, constitui uma síntese alargada do comércio atlântico entre os séculos V e VII.

2. Metodologia

Determinar uma metodologia detalhada é um ponto de partida comum a todos os trabalhos de carácter científico, mas aqui revestiu-se de especial importância dada a antiguidade da escavação que nos propusemos a estudar. Por muito minucioso que o registo dos trabalhos arqueológicos tenha sido, foi inevitável que em três décadas e meia se tenha perdido informação. Para além disso, como não participámos na escavação, tivemos de compreender bem os métodos aplicados pelos seus responsáveis e adaptar o nosso próprio trabalho em sua função. Assim sendo, antes, sequer, de pegar nos materiais, procurámos ler toda a documentação que tínhamos ao nosso dispor, para que pudéssemos tomar decisões informadas quanto ao rumo a seguir. Para reconstruir a ordem de trabalhos da escavação da rua de D. Hugo munimo-nos não tanto da publicação deles resultante, mas sobretudo dos relatórios de escavação entregues à tutela, dos cadernos de campo, e das abundantes representações gráficas que nos foram legadas.

Uma vez feito este “trabalho de escritório”, procedemos à abertura dos contentores e ao estudo dos materiais. Como referimos, estes encontravam-se já lavados e marcados. Em cada fragmento estava marcada a tinta-da-china a sua proveniência e identificação: o seu setor, complexo e número de inventário. Peças semelhantes provenientes do mesmo complexo estavam armazenadas num mesmo saco de plástico, onde a sua origem estava registada. Estes, por sua vez, estavam agrupados em sacos maiores, denominados Unidades de Depósito (UD's). A cada uma destas foi atribuído um número de 1 a 1120. O tamanho de cada uma destas UD's é variável, consoante o tipo de materiais que contém. Por exemplo, a UD 74 continha quatro sacos de cerâmica comum. Por outro lado, a cada fragmento de *terra sigillata* correspondia uma só Unidade de Depósito. As UD's, por sua vez, foram agrupadas em contentores. Por norma, UD's com números próximos tinham o mesmo tipo de materiais, o que se reflete também na numeração dos contentores.

Considerámos importante precisar aqui a forma como os materiais estavam depositados pois a sua organização determinou em grande medida a forma como

desenvolvemos o seu estudo. Dada a quantidade de materiais, optámos por fazer o seu estudo por etapas. Abordámos primeiro a cerâmica comum, seguida da cerâmica fina e de transporte, e, finalmente, os restantes materiais, muito residuais, entre os quais se contam os artesanais. Assim que principiávamos o estudo de um determinado tipo de material, abordávamo-lo estrato a estrato, segundo a numeração das UD's.

Para este último passo foi necessário dominar a sequência estratigráfica do sítio, o que se revelou o nosso primeiro obstáculo, devido à perda de informação que referimos. Com efeito, entre 1984 e o presente, foram utilizados vários sistemas de numeração para designar as camadas estratigráficas, cuja correspondência se perdeu. Aquando das escavações, os estratos foram numerados de 1 a 20, que correspondiam ao nível de superfície e ao substrato rochoso, respetivamente. Consoante foram aparecendo novas “subcamadas” entre as já numeradas, foram-lhes atribuídos números com letras associadas, como é o caso da camada 5a, por exemplo. Em dado momento, que não conseguimos precisar, mas certamente depois da primeira campanha, os números foram substituídos por um código alfabético.

Há mais dois fatores que complicam este problema. O primeiro consiste em ter sido utilizada numeração romana para designar as camadas em alguns setores. A princípio isto confundiu-nos, quando, aparentemente, encontrámos uma peça de faiança nos níveis alto-medievais. Só mais tarde nos apercebemos de que esse fragmento era oriundo não do nível I (= 6), mas do nível 1, de Idade Contemporânea, redigido em numeração romana.

Em segundo lugar, ao lermos a publicação resultante destas escavações, constatámos que a sequência estratigráfica nela contida – e que segue o código numérico – não corresponde inteiramente à dos relatórios de escavação. Tanto omite subcamadas, como as 7b e 7c, como lista outras que não estão presentes em nenhum dos restantes registos, nomeadamente as 5b e 5c. Através dos documentos de que dispomos não conseguimos determinar a que se deveu esta alteração, ou se se trata apenas de um equívoco na publicação da separata.

Por ter sido o primeiro utilizado, por estar patente nos relatórios de escavação, e por ser aquele que consta nas marcações dos materiais, considerámos mais fiável o

sistema de notação numérica original, e por isso foi o que utilizámos para nos referirmos às camadas estratigráficas. Não obstante as suas contradições, todos os sistemas de numeração descrevem a camada 6 (ou I) como a suevo-visigótica, que se demarca das restantes por ser uma camada argilosa, de média consolidação e coloração negra, associada a um nível de incêndio. Esta não dispunha de subcamadas, pelo que, para que tivéssemos uma melhor leitura da progressão do tempo no sítio, alargámos o nosso estudo às suas camadas imediatas. Assim, tomámos em consideração também as camadas 5, 5a, 7, 7a, 7b e 7c.

Fizemos corresponder a cada camada todos os complexos que a integravam e, em função disso, seleccionámos os materiais pertinentes para este estudo, que abordámos uma UD de cada vez.

Tendo em conta que a cerâmica comum constituía o principal conjunto de materiais, englobando mais de 95% da coleção cerâmica, foi por ela que principiámos o estudo. O que designamos por “cerâmica comum” é um grupo muito heterogéneo, que recebe esta nomenclatura por se distinguir da cerâmica fina. Geralmente não apresenta qualquer tratamento de superfície, como verniz ou engobe. É uma manufatura pouco tipificada, que ostenta um alto grau de variação formal, de técnicas de produção e decoração.

O primeiro passo no tratamento destes materiais consistiu na sua contabilização. Contámos a totalidade de fragmentos de cada camada estratigráfica isoladamente, discriminando a que parte da peça aqueles pertenciam (bordos, fundos, asas e bojós).

O facto de os materiais, à partida, já estarem armazenados segundo complexos e já terem sido lavados e marcados acelerou bastante este processo. Procurámos, nesta altura, associar fragmentos de peças comuns, que pudessem ser colados, mas isto raramente se verificou.

Após a contagem do total de fragmentos, procedemos à definição do Número Mínimo de Indivíduos (NMI). Para isto aplicámos os preceitos postulados por Tente, Lantes e Prieto (2014) e aplicados mais tarde por Souza (2017) tendo em consideração

como indivíduos fragmentos de bordo em que se conservassem ainda, pelo menos, 5 cm de bordo.

Como veremos, dado o alto grau de fragmentação da coleção, este número revelou-se muito reduzido, tendo-se discriminado apenas 21 peças dignas de integrar o NMI. Para contrariar esta deflação, aplicámos um segundo critério de contagem de indivíduos, que designámos por Número Mínimo Alargado (NMA). Nesta segunda contagem tivemos em consideração fragmentos de bordo que, dadas as suas dimensões, não se qualificassem para integrar o NMI, assim como fragmentos de fundos.

De seguida, procurámos agrupar os fragmentos cerâmicos em conjuntos morfo-tipológicos. Princiámos por desenhar as peças integrantes do NMI, para que melhor pudéssemos reconstituir a sua forma e dimensões. Devido às suas dimensões reduzidas, contudo, não desenhámos as peças do NMA. Aliás, após alguns esboços, verificámos que não obtínhamos perfis de tamanho suficiente para uma reconstituição fiável. Não obstante, quando os fragmentos o propiciavam, avançámos propostas de classificação de alguns fragmentos.

Uma vez identificadas as formas e tamanho da cerâmica comum, interessávanos conhecer as técnicas da sua manufatura. Assim sendo, discriminámos, relativamente a cada um dos elementos do NMI e do NMA, a sua **técnica de fabrico**: a torno ou manual; o seu **tipo de cozedura**: oxidante, redutora, oxidante-redutora ou redutora-oxidante; a **consistência da pasta**: compacta, nos casos em que o manuseamento do fragmento não causava qualquer deterioração imediata, ou média, quando a pasta se desagregava, de forma não muito dramática³; e a **textura da pasta**: homogénea, quando a sua fratura revelava uma superfície lisa e regular, xistosa, nos casos em que se verificavam na fratura sobreposições de lamelas de argila, ou granular, quando identificávamos claramente grãos na constituição da pasta cerâmica, que, não raramente, se desprendiam facilmente. Demos também atenção à presença de inclusões na argila. Por não conseguirmos determinar se estas são intencionais, enquanto desgordurante, ou acidentais, utilizámos o termo ENP's (Elementos Não

³ Prestámos atenção à eventual ocorrência de peças de consistência friável, ou seja, cuja pasta se desfizesse muito facilmente quando manuseada, mas não registámos nenhuma ocorrência desta categoria.

Plásticos), corrente em outros trabalhos arqueológicos. Assim sendo, identificámos os **tipos de ENP's**: quartzo, calcário, feldspato e micas; a **dimensão dos ENP's**: <1 mm, 1-3mm, 3-5mm e >5mm; e a **concentração dos ENP's**: baixa (<15% do total da superfície), média (15-30%) e alta (>30%).

Através da conjugação de todos estes critérios, procedemos ao agrupamento das peças em diversos grupos de fabrico. Com isto procurávamos aproximar peças de características comuns tendo em vista perceber de que forma é que estes grupos se repartiam pelas diversas camadas estratigráficas e, portanto, que produções eram coetâneas e quais as que se substituíam ao longo do tempo.

O último critério que aplicámos ao estudo da cerâmica comum diz respeito aos motivos e técnicas decorativas. Em suma, procurámos identificar todas as formas de decoração presentes na coleção, explicitando o seu tipo – incisões, caneluras, cordões plásticos, punções e pintura – e em que parte da peça se localizavam.

Uma vez que os elementos decorativos são relativamente escassos entre os números do NMI e do NMA – de facto, a maioria da decoração está presente em bojos, que não integram nenhum desses conjuntos – optámos por alargar a análise da decoração a todos os fragmentos de que dispúnhamos.

Uma vez concluído o estudo da cerâmica comum, dirigimos a nossa atenção à cerâmica fina. Esta engloba *terra sigillata*, cerâmica cinzenta fina e produções de engobe vermelho. Todas se distinguem da cerâmica comum por serem constituídas por pastas muito bem depuradas, de cozeduras muito homogéneas e apresentando poucos elementos não plásticos. São peças esteticamente mais atraentes, ostentando cores vivas, no caso da *sigillata*, e revestidas a verniz ou engobe reluzente.

O estudo da cerâmica fina conta com uma tradição longa, que, ao contrário do que sucede com a cerâmica comum, permite que hoje se determinem com precisão as proveniências e cronologias desses materiais. Assim sendo, este grupo – concretamente, a *terra sigillata* – constitui o principal “fóssil diretor” do contexto que nos propusemos a estudar.

Dada a sua importância, por um lado, e a sua escassez dentro do conjunto da Rua de D. Hugo, nº. 5, por outro, aplicámos na sua contabilização critérios diferentes

dos aplicados à cerâmica comum. A mais dramática destas alterações reside em termos contado como indivíduos todos os fragmentos de cerâmica fina.

Os passos seguintes no estudo destes materiais espelham o que já fizéramos para a cerâmica comum. Princiámos por desenhar estas peças de modo a identificar com rigor as suas formas. A vantagem que a cerâmica fina apresenta é que, sendo uma produção em série, os diversos recipientes classificam-se em tipologias bem reconhecíveis. Assim, uma vez desenhadas, procurámos paralelos para cada uma em catálogos tipológicos, nomeadamente *Late Roman Pottery* (Hayes, 1972), bem como em estudos de cerâmica mais recentes relativos ao Noroeste Peninsular (Delgado, et al., 2014; Fernández, 2014b; Fernández e Bartolomé Abreira, 2016; Quaresma e Morais, 2012). Através da descrição da pasta cerâmica da *terra sigillata*, para além disso, é possível determinar a localização geográfica da sua oficina produtiva.

Quanto à cerâmica de transporte, como referimos, não conseguimos aceder às ânforas mais ilustrativas deste contexto, por se terem extraviado, pelo que a leitura que fazemos dos fragmentos de que dispúnhamos é, naturalmente, deturpada. Todavia, não podíamos de livre consciência ignorar este espólio. Estes recipientes têm, geralmente, maiores dimensões do que os restantes materiais cerâmicos, por servirem de contentor de carga a longas distâncias. As suas pastas são menos depuradas do que as da cerâmica fina, mas apresentam mais homogeneidade do que as cerâmicas comuns. De modo a suportar não só o transporte, mas também as suas próprias dimensões, as suas paredes são relativamente espessas. Não costumam ser decoradas, uma vez que a sua função não era serem levadas à mesa. Ao contrário da cerâmica comum e fina, não servem para ser utilizadas quotidianamente à mesa ou para armazenamento continuado, e, portanto, têm uma vida útil bastante curta. Tal como o resto da coleção, este conjunto estava altamente fragmentado, o que dificultou bastante a reconstrução das suas peças.

Não obstante, aplicámos o mesmo método que tínhamos utilizado para a contabilização e descrição das pastas e técnicas de fabrico da cerâmica comum. Em teoria, um ou outro fragmento mais elucidativo, como, por exemplo, uma asa bem preservada, poderiam permitir-nos avançar uma classificação tipológica, pelo que estivemos particularmente atentos a esses elementos. Tal como sucede com a

cerâmica fina, as classificações tipológicas permitem-nos determinar a proveniência e cronologia do objeto. No caso particular das ânforas, é ainda possível determinar através da sua forma o seu conteúdo original. Para isto, dispúnhamos de bases de dados online, nomeadamente o projeto *Roman Amphorae: a digital resource*, desenvolvido pela Universidade de Southampton⁴, e a plataforma *Amphorae ex Hispania*⁵.

Como os restantes materiais provenientes da Rua D. Hugo, nº. 5 eram pouco numerosos, estudámo-los em conjunto. Este espólio é constituído por pouco mais de uma dezena de objetos, altamente fragmentados e de dimensões muito reduzidas. Independentemente de não conseguirmos fazer deles um estudo tão pormenorizado como o dos envases cerâmicos suprarreferidos, não deixam, todavia, de nos legar informação acerca das atividades quotidianas praticadas neste arqueossítio.

⁴ Disponível *online* em https://archaeologydataservice.ac.uk/archives/view/amphora_ahrb_2005/index.cfm

⁵ Disponível *online* em <http://amphorae.icac.cat/>

3. O contexto e os materiais arqueológicos

3.1. A Estratigrafia

Antes de descrever o espólio em si, consideramos necessário fazer aqui uma caracterização da estratigrafia em que estava depositado, uma vez que o conhecimento arqueológico se alicerça não só nas materialidades, mas sobretudo no seu contexto.

Uma vez que não participámos nas escavações de 1984-'87, todos os dados que aqui apresentamos constituem conhecimento indireto, inferido através da leitura e comparação dos registos da estratigrafia.

A mais fulcral das camadas estratigráficas – e verdadeiro ponto de partida deste estudo – é a camada 6. Antes sequer de este trabalho tomar forma, chamou-nos a atenção por ser repetidamente datada como suevo-visigótica. É descrita nos seguintes termos:

“Areia fina, muito argilosa, grau médio de consolidação, coloração negra; contém algum granulado disperso de origem granítica, medianamente calibrado, e pequeníssimas lâminas de feldspato; aparecem pequenos fragmentos de telha em fase de decomposição; é constituído essencialmente por manchas negras, completamente pulverizadas, e pequeníssimos pontos de carvão; parece uma camada de incêndio; à mistura com cerâmica do Baixo-Império Romano existem fragmentos muito bem cozidos, por vezes com pintura, que não parecem ser romanos e, muito menos, posteriores à reconquista cristã; devemos estar, possivelmente, em presença de um estrato de grande interesse, do período suevo-visigótico (Real, et al., 1984: 8).”

Um dos responsáveis pela escavação afirmaria mais tarde que se tratava de “um inequívoco testemunho do abatimento de um telhado, precedido de forte incêndio”, aventando ainda: “como mera hipótese, cabe aqui perguntar se não estaremos em presença de um registo arqueológico da avassaladora guerra civil que antecedeu a queda do reino suévico [...]” (Real *et al.*, 1985/86: 19).

Esta é uma camada fecunda, que nos proporcionou 1893 fragmentos para estudo. Constitui o cerne do nosso objeto de estudo, e foi em função de si que determinámos que outras camadas estratigráficas devíamos abordar.

De modo a perceber como este registo se alterou, alargámos a análise aos estratos que lhe eram imediatamente subsequentes. À camada 6 sobrepõem-se as camadas 5 e 5a. A camada 5 é constituída por:

“areia fina, muito argilosa, grau médio de consolidação, coloração castanha escura, granulado fino de origem granítica, disperso, com um ou outro elemento em fase de decomposição; contém alguns pequenos fragmentos de telha dispersos, pequenas bolsas de argamassa bege, assim como um ou outro carvão; existe cerâmica do séc. XII-XIII (Real, et al., 1984: 8).”

Quanto à camada 5a, que se insere entre a 6 e a 5, tem cariz:

“idêntico à camada 5, diferindo na coloração; é um pouco mais escuro e não apresenta qualquer bolsa de argamassa; parece evidente que se trata do mesmo estrato, “contaminado” pelo remeximento que, aqui, fez desaparecer o nível 6 (Real, et al., 1984: 8).”

Nestes estratos, o espólio é mais escasso, contendo as camadas 5 e 5a, respetivamente, 587 e 864 fragmentos. Não deixa de ser significativo, contudo, que

não da camada principal, mas da subalterna, seja proveniente uma maior quantidade de espólio, proveniente de uma maior variedade de setores.

Se procuráramos comparar a camada 6 às que lhe sucederam, considerámos também pertinente dar o devido enfoque aos estratos mais antigos que lhe eram adjacentes.

O mais representativo destes é o 7, que conta com 3216 fragmentos, e, portanto, é a camada de onde provém o maior número de espólio (45% do total). É constituído por:

“Areia fina, muito argilosa, grau médio de consolidação, coloração castanha; contém algum granulado disperso de origem granítica, medianamente calibrado, por vezes em fase de decomposição; o espólio data este estrato do séc. III-IV d.C. [...] (Real, et al., 1984: 9).”

Ainda que tenhamos registo da existência das camadas 7a, (106 fragmentos) 7b (85 fragmentos) e 7c (401 fragmentos), apenas dispomos de uma descrição textual da primeira. Com efeito, a camada 7a:

“possui as mesmas características da anterior [7], embora com infiltração de partículas de cinza do estrato superior, arrastadas pela água numa zona mais porosa da camada. (Real, et al., 1984: 9)”.

Temos em consideração, portanto, sete camadas, de diferentes características e que se manifestam na estratigrafia de formas distintas. Uma vez constatada a existência de subcamadas, foi nossa preocupação perceber se estas ocorriam em toda a área intervencionada ou se, por outro lado eram manifestações pontuais. Não se tendo conservado todas as plantas da escavação, recorreremos à dispersão do próprio espólio numa tentativa de reconstruir a localização destas camadas. Naturalmente,

este método apresenta problemas, uma vez que não se exuma obrigatoriamente espólio de todos os setores – com efeito, não existe camada alguma de que tenham sido recolhidos materiais em todos os setores. Não obstante, verificamos uma clara disparidade das camadas 5, 5a, 6 e 7 face às 7a, 7b e 7c, em que daquelas se obteve espólio em praticamente toda a área de escavação, enquanto que os achados destas se concentram exclusivamente nos setores 21, 27, 28 e 29 (confr. Anexo 1: estampas 1 e 2).

É importante ter em mente, portanto, que os contextos de onde o espólio foi exumado têm características diferentes e não se manifestam da mesma forma em toda a área de escavação, razão pela qual os números de fragmentos não devem ser lidos somente pelo seu valor absoluto, mas pela sua proporção face ao total da camada em que se inserem.

No caso concreto das subcamadas 7a, 7b e 7c, há que ser-se cauteloso quanto ao que os seus números representam, visto estarmos perante ocorrências muito pontuais e que, portanto, não têm tanta fiabilidade como as camadas subsequentes.

3.2. O conjunto cerâmico

A maioria da coleção era constituída por cerâmica. Contávamos com 7125 fragmentos cerâmicos, o que, feitas as contas, perfaz 99,6% do total. Distinguimos dentro deste conjunto **cerâmica comum** (6874 fragmentos), **cerâmica fina** (70 fragmentos) e **cerâmica de transporte** (181 fragmentos) (Anexo 2, Tabela 1). Uma vez que o grupo da cerâmica comum é o mais numeroso, foi por ele que principiámos o estudo.

3.2.1. Cerâmica comum

Contabilização

Os fragmentos deste conjunto dividem-se, consoante a sua morfologia, em 285 **bordos**, 84 **fundos**, 23 **asas** e 8 **arranques de asa**. Só registámos duas ocorrências de **perfis completos**. Por terem sido demasiado danificados por processos tafonómicos, ao ponto de não conseguirmos reconstruir a sua forma, classificámos 16 fragmentos como indeterminados. Os restantes 6456 fragmentos consistem em **bojos** (Anexo 2, Tabela 2).

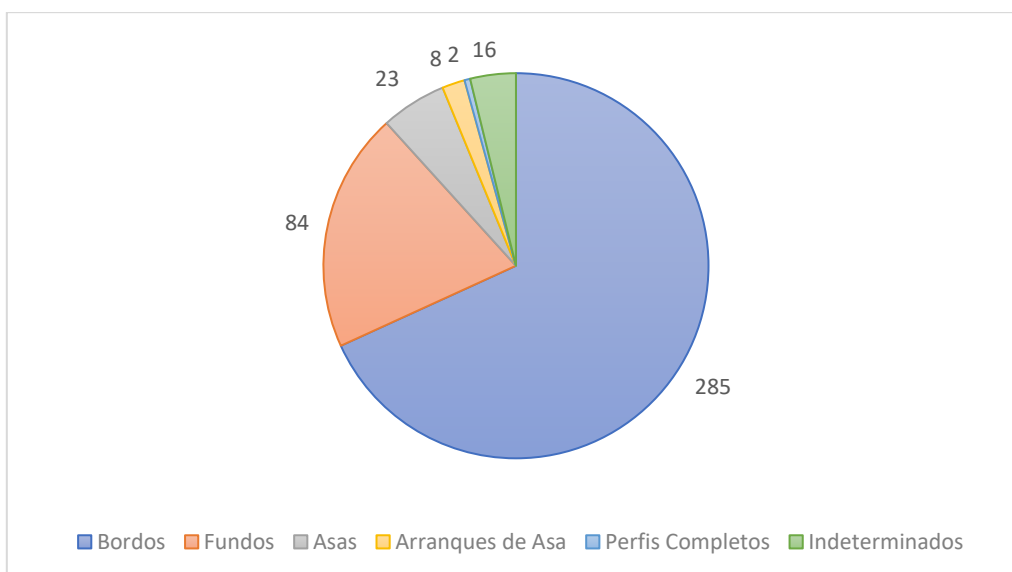


Gráfico 1 - Proporção dos diferentes tipos de fragmentos cerâmicos (excluindo bojos)

Estes números parecem-nos ilustrativos do alto grau de fragmentação da coleção, que se reflete, aliás, num NMI muito deflacionado. Dos 285 bordos que contamos, apenas 21 peças tinham as dimensões requeridas para serem contabilizados como indivíduos.

Acrescentando-se a este número as demais peças integrantes do NMA, o número de indivíduos aumenta para 371 (*i.e.*, total de bordos + fundos + perfis completos).

Este espólio divide-se de forma desigual pelas várias camadas estratigráficas. Verificamos, aliás, uma progressiva rarefação da cerâmica comum no registo arqueológico. O número máximo de fragmentos, 3082, regista-se na camada 7. Este número decai na camada 6 para 1824, depois para 846 na Camada 5a, e termina nuns módicos 554 fragmentos na Camada 5. Fogem a esta tendência as subcamadas 7a, 7b e 7c, que contam com poucos materiais quando comparados com a sua camada-mãe (101, 84 e 383 fragmentos, respetivamente). Isto não é de surpreender, contudo, se tivermos em conta que estas subcamadas não surgem em toda a área de escavação, como expusemos no princípio deste capítulo.

Esta rarefação verifica-se também se tivermos em consideração apenas as peças individualizadas. A título de exemplo, tomem-se os gráficos seguintes, em que listamos o número de peças do NMI e do NMA por camada estratigráfica:

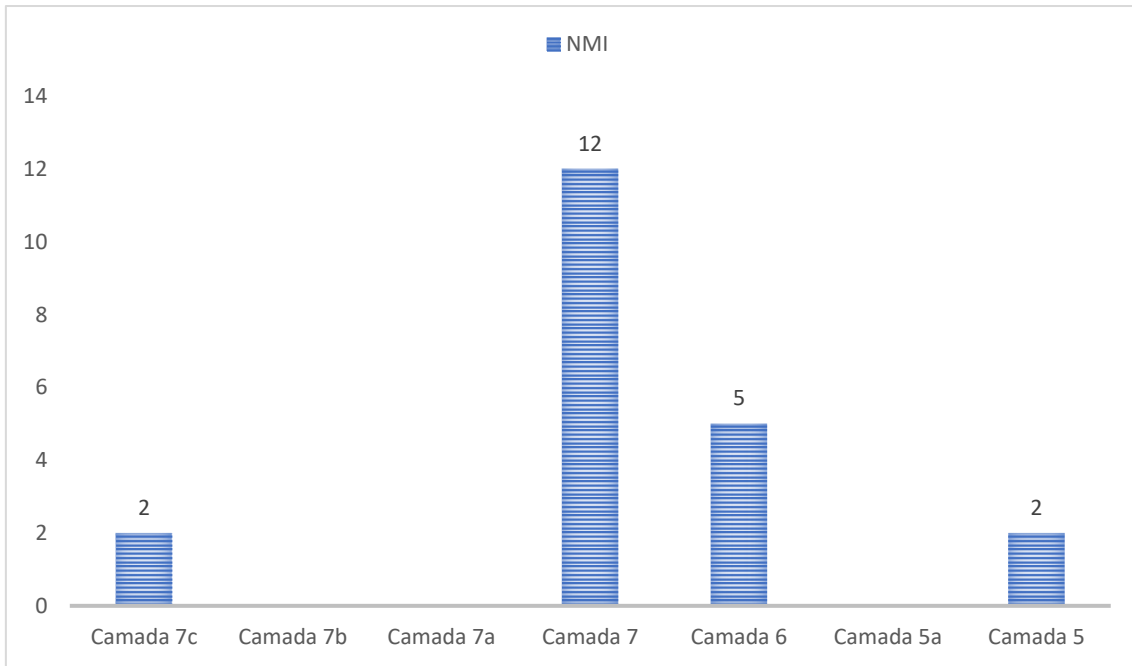


Gráfico 2 - Contabilização de peças do NMI por camada estratigráfica

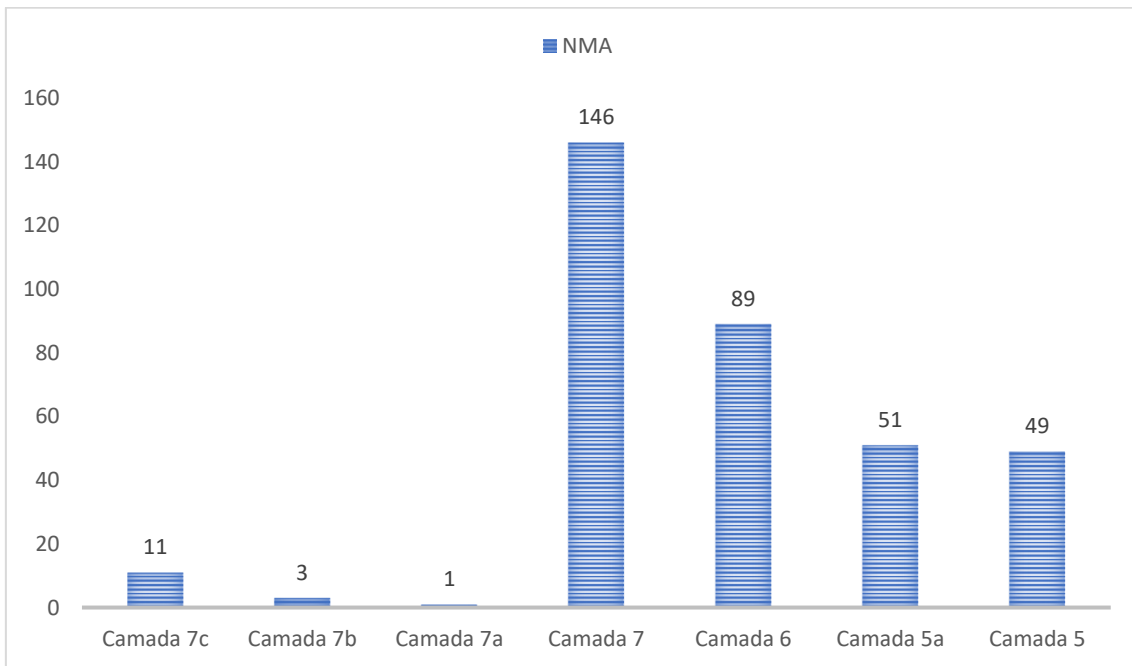


Gráfico 3 - Contabilização de peças do NMA por camada estratigráfica

A contabilização das peças individualizadas é também um bom indicador das más condições de preservação do sítio: parece-nos que, quanto mais tempo estiveram depositos no subsolo, mais se deterioraram os objetos. Aliás, quanto mais recentes as camadas estratigráficas em que se inserem, embora menor o seu número absoluto, maior é a percentagem de peças individualizáveis face ao total de fragmentos dessa mesma camada. A título de exemplo, repare-se que nas camadas 7 e 6 as peças do NMA representam respetivamente 4,77% e 4,88% do total de fragmentos de cada camada, proporção que sobe para 6,03% na camada 5a e 8,8% na camada 5 (Anexo 2, Tabela 3).

Como, proporcionalmente, as peças mais tardias são aquelas que melhor se preservaram, concluímos que o menor número de fragmentos registados nas camadas mais recentes não se deverá tanto à sua degradação, mas a um decréscimo do próprio número de materiais utilizados e, portanto, depositados no contexto arqueológico.

Técnicas de Fabrico

A primeira fase da observação da cerâmica comum incidiu sobre as peças tanto do NMI como do NMA, e teve em vista determinar de que forma as peças foram fabricadas. Princiámos por determinar a técnica empregue para as moldar. Todas as peças do NMI são rodadas a torno. Todavia, enquanto que as demais foram executadas a torno rápido, os indivíduos 6 e 10 demarcam-se por terem sido efetuadas com recurso a torno lento.

No que diz respeito às peças que integram o NMA, esta classificação foi complicada pelo facto de as reduzidas dimensões das peças não permitirem que se concluísse com clareza a sua técnica de rodagem. Assim, pudemos somente concluir que 269 destas peças teriam sido fabricadas com recurso a torno, mas não se este era rápido ou lento. Classificámos as restantes 81 peças como indeterminadas, uma vez que não nos foi possível determinar com segurança a sua técnica de moldagem.

O passo seguinte consistiu em inferir o ambiente em que as peças foram cozidas. No seio do NMI discriminam-se 8 elementos de cozedura oxidante, 3 de cozedura oxidante-redutora, 3 de cozedura redutora e 7 de cozedura redutora-

oxidante, o que revela neste grupo uma predominância das colorações exteriores claras.

No NMA contam-se 128 peças de cozedura oxidante, 48 de cozedura oxidante-redutora, 136 cozidas em ambiente redutor, e 38 peças de cozedura redutora-oxidante.

Como o gráfico 4 demonstra, ainda que haja uma diminuição geral do número fragmentos, verificamos que, à medida que o tempo avança, as cozeduras de coloração mais clara (oxidante e redutora-oxidante) vão sendo progressivamente substituídas por matizes mais escuros (cozeduras redutora e oxidante-redutora).

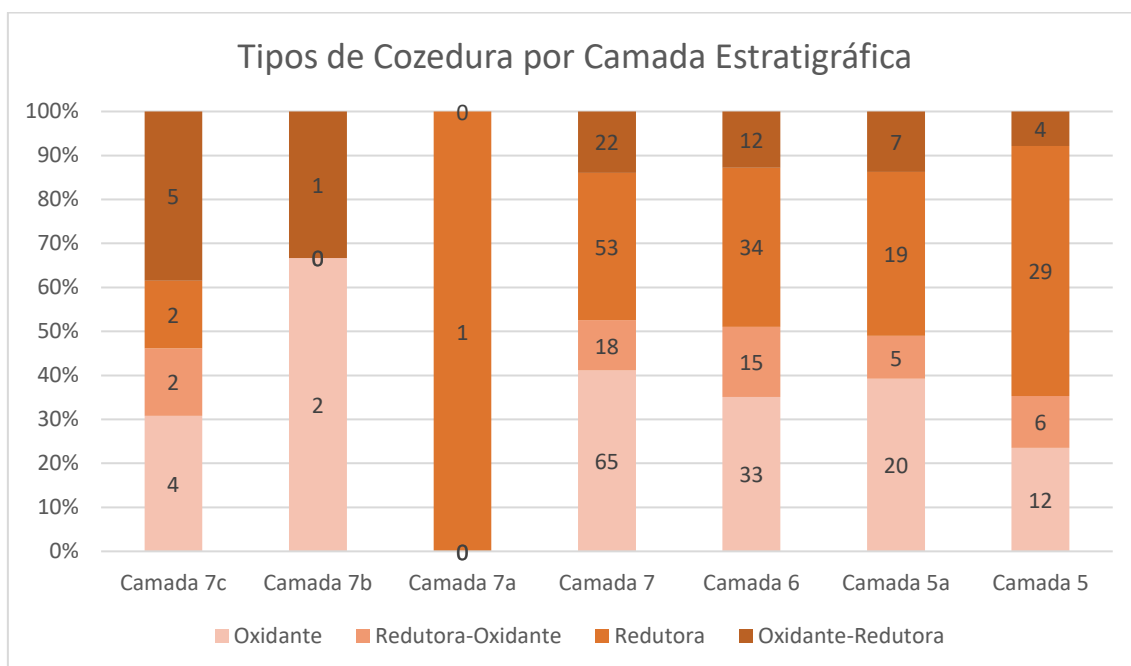


Gráfico 4 - Comparação das percentagens de cada tipo de cozedura face ao total de indivíduos de cada camada estratigráfica

Análise Macroscópica das Pastas

Mesmo nos casos em que os fragmentos cerâmicos são demasiado reduzidos para que se lhes possa atribuir a forma original ou as técnicas de fabrico, um estudo que podemos fazer com alguma segurança é o das próprias pastas cerâmicas. Damos

aqui a conhecer os seus resultados, relativos à **consistência** das pastas, suas **texturas**, e que **ENP's** contêm.

As peças de que dispomos são constituídas por argilas muito bem compactadas, razão pela qual – não obstante o seu alto grau de fragmentação – não se decompõem facilmente quando manuseadas. Ainda assim, contudo, constatamos a existência de pastas com maior consistência do que outras, pelo que as dividimos entre pastas compactas e médias. No que diz respeito ao NMI, aquelas correspondem a 18 indivíduos, estas a somente 3. O NMA, por seu lado, integra 318 peças de pasta compacta *versus* 33 exemplares de consistência média.

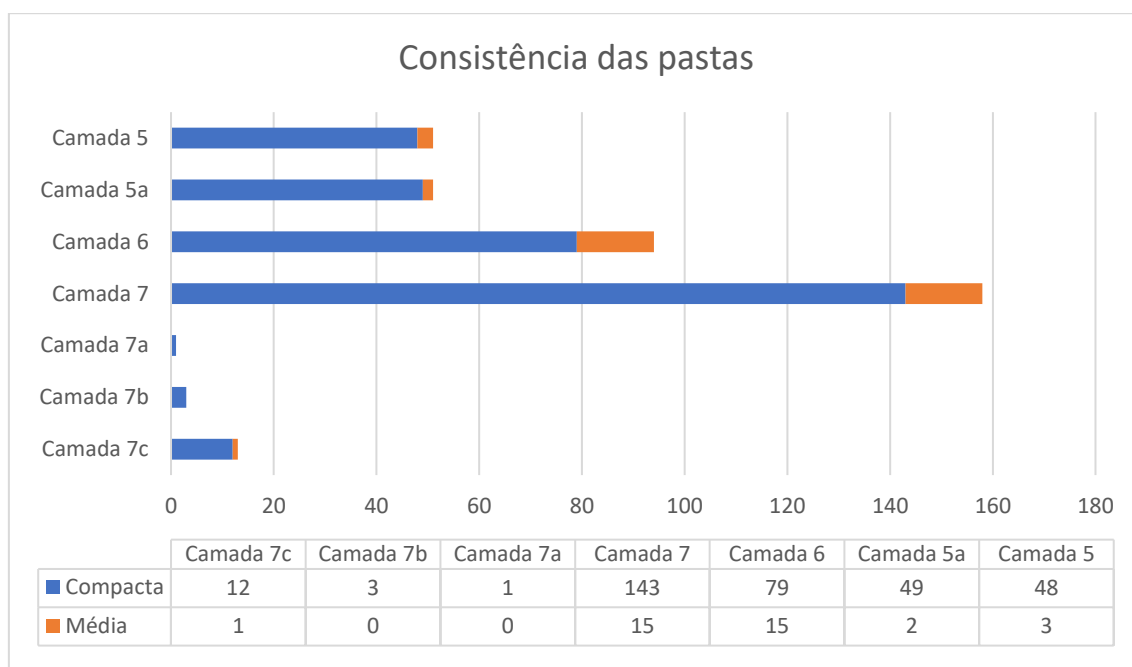


Gráfico 5 - Proporção dos tipos de pasta em cada camada estratigráfica

Por sua vez, a textura das argilas apresenta uma maior variedade. No NMI contamos com 13 peças de pasta homogénea, a que se juntam outras 8 de pasta granular. No conjunto do NMA, 292 indivíduos têm pasta homogénea, 54 têm-na granular, e contam-se ainda 5 indivíduos de textura xistosa.

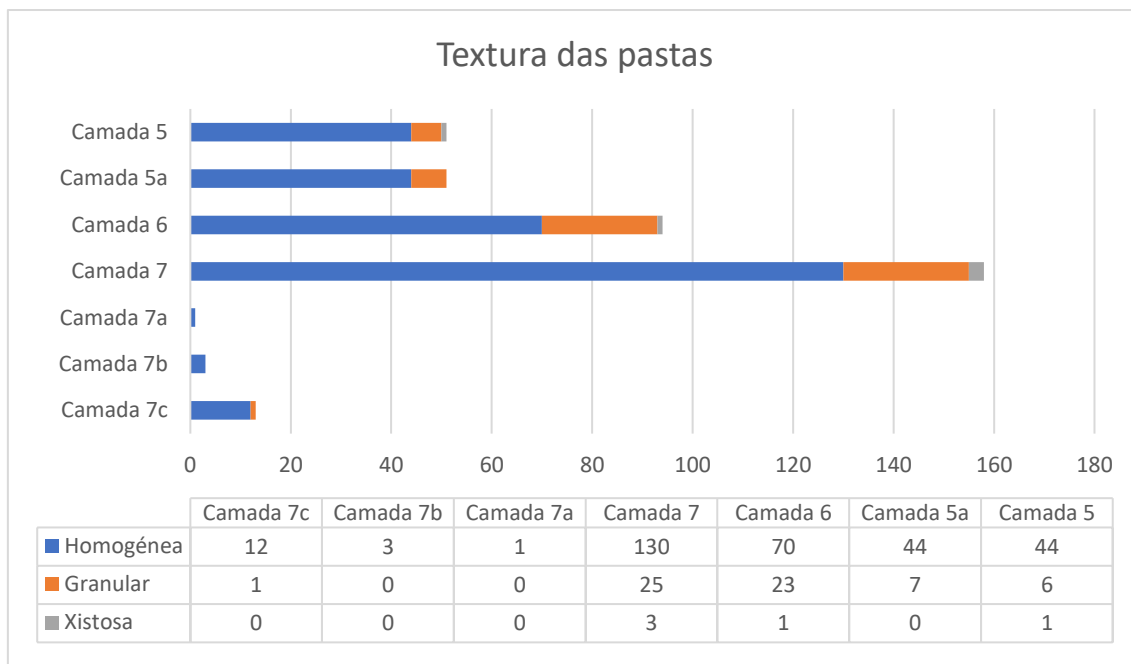


Gráfico 6 - Proporção das texturas das pastas por camada estratigráfica

Através da análise macroscópica das pastas, constatámos a ocorrência de inclusões de quartzo, calcário, micas e feldspatos, em diversas combinações. Apenas 12 indivíduos não possuíam quaisquer ENP's visíveis a olho nu. De resto, os ENP's mais numerosos são as **micas**, que foram registadas em 310 indivíduos. A estas seguem-se os **calcários** (224 ocorrências) e as inclusões de **quartzo** (126). Surgem **feldspatos** em apenas 35 peças.

Se, novamente, tivermos em atenção as sucessivas camadas 7, 6, 5a e 5, apercebemo-nos de que, consoante a passagem do tempo, aumenta a concentração de ENP's na superfície de cada peça, tal como demonstra o gráfico 7. Este fenómeno explica-se em parte pelo simultâneo aumento do tamanho das próprias inclusões que, em certos casos, não sendo necessariamente mais numerosas, acabam por abranger uma maior área da superfície da peça.

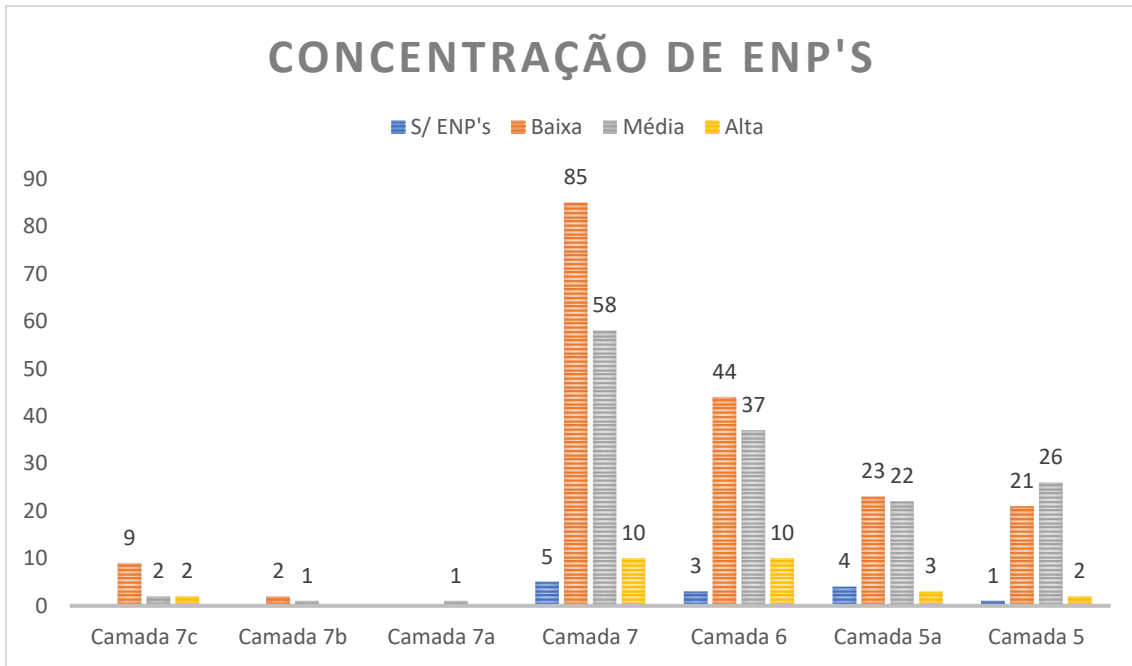


Gráfico 7 - Progressão da concentração dos ENP's

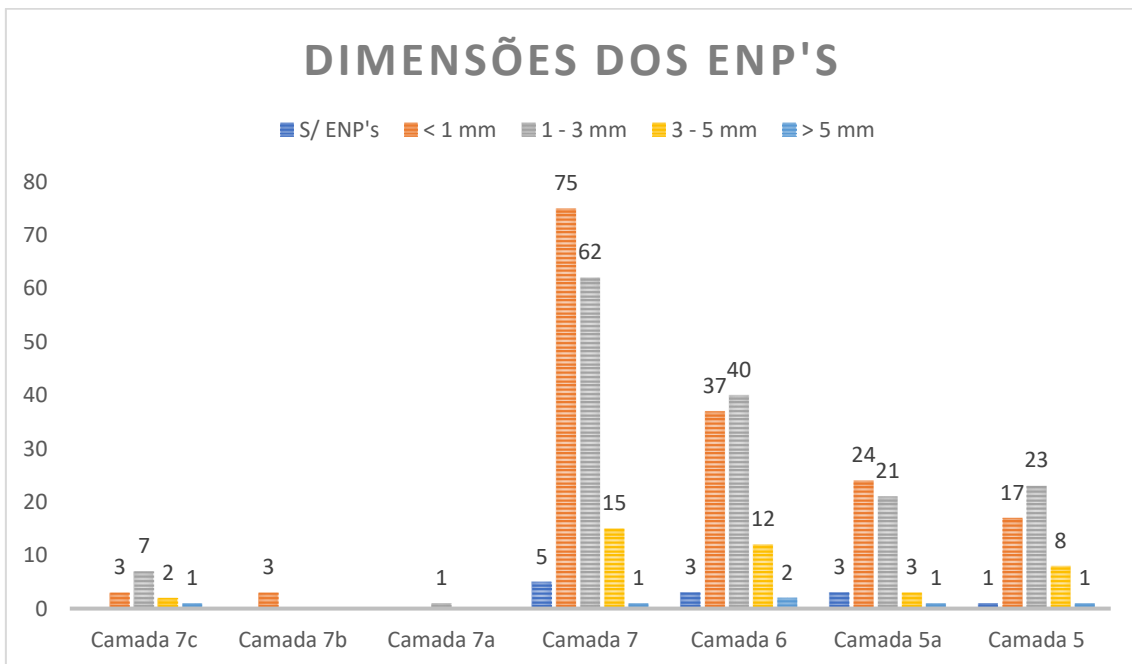


Gráfico 8 - Relação das dimensões de ENP's presentes em cada camada estratigráfica

Grupos de Fabrico

Após distinguirmos as matérias-primas e técnicas de fabrico aplicadas na execução dos indivíduos em estudo, procurámos agrupar peças de características semelhantes em conjuntos a que chamámos *Grupos de Fabrico*. Para que duas peças pertencessem ao mesmo grupo, teriam de ter, necessariamente, a mesma coloração, o mesmo tipo de cozedura, a mesma consistência e a mesma textura. Princiámos este trabalho com as peças do NMI, que dividimos em 9 Grupos. Registámos as características de cada um deles e, de seguida, procurámos fazer-lhes corresponder as peças do NMA. Quando nos deparávamos com uma peça incompatível com os 9 originais, integrávamo-la num novo grupo. Assim sendo, quando concluímos o trabalho contávamos com 22 *Grupos de Fabrico* distintos, cujas descrições pormenorizadas podem ser consultadas na tabela 6 do Anexo 2. Sintetizamos no quadro seguinte a distribuição dos diversos grupos de fabrico pelas camadas estratigráficas em consideração.

Registamos entre estes grupos de fabrico diferentes colorações. Na extremidade mais viva do espectro, contamos com pastas alaranjadas, que se distinguem em peças mais claras (Grupos 1 e 14) e mais escuras, avermelhadas (Grupos 9, 11 e 19). Existe nesta coleção uma grande gama de colorações beges (Grupos 10, 12 e 13), marcadas frequentemente por matizes subtis avermelhados (Grupos 3, 4, 6 e 17) e rosados (Grupo 2). O Grupo 8 distingue-se por contar com uma coloração rosa suave.

Os restantes Grupos de Fabrico têm colorações mais escuras, compreendidas numa escala de cinzentos mais ou menos escuros (Grupos 7, 16, 18, 20 e 21). A estas juntam-se ainda a produção 5, acastanhada, e 15, de cor negra. O indivíduo da produção 22 distingue-se dos restantes por ter a superfície interior alaranjada e exterior cinzento.

Quadro 1 – Repartição dos fragmentos de cada grupo de fabrico pelas camadas estratigráficas									
		Camadas Estratigráfica							Totais
		C. 5	C. 5a	C. 6	C. 7	C. 7a	C. 7b	C. 7c	
Grupos de Fabrico	1	7	10	15	39	0	2	3	76
	2	2	2	4	6	0	0	1	15
	3	4	1	7	3	0	0	0	15
	4	1	0	4	5	0	0	0	10
	5	6	4	9	20	0	1	4	44
	6	0	0	1	3	0	0	0	4
	7	17	16	29	49	0	0	0	111
	8	0	2	2	3	0	0	1	8
	9	0	2	5	7	0	0	1	15
	10	2	4	3	1	0	0	0	10
	11	0	1	2	4	0	0	0	7
	12	0	2	5	8	0	0	0	15
	13	0	1	0	1	0	0	0	2
	14	1	0	0	2	0	0	0	3
	15	10	1	0	0	0	0	0	11
	16	0	0	1	1	0	0	1	3
	17	0	0	1	0	0	0	0	1
	18	0	0	2	0	0	0	0	2
	19	0	0	0	1	0	0	0	1
	20	1	3	1	3	0	0	0	8
	21	0	1	3	2	1	0	2	9
	22	0	1	0	0	0	0	0	1

Como os números indicam, as produções mais numerosas são a 1 e a 7. São muito semelhantes no que diz respeito às características das suas pastas – ambas compactas e homogêneas –, no entanto aquela é de cozedura oxidante, enquanto esta é de redutora. Ambas estão presentes em todas as camadas principais, ainda que se verifique uma progressiva diminuição do Grupo de Fabrico 1 em relação ao 7.

Finalmente, chamamos a atenção ao facto de os Grupos de Fabrico 5, 20 e 21 serem constituídos por peças de cronologia castreja, portanto anterior ao nosso âmbito de estudo. O facto de estas peças estarem presentes em quantidade em camadas mais recentes atesta como a ocupação ininterrupta e intensiva deste espaço potencia o surgimento de materiais residuais no registo arqueológico – tais como os 20 fragmentos do Grupo 5 identificadas na Camada 7.

Classificação Morfológica

Após a caracterização das matérias-primas e das técnicas de fabrico aplicadas, interessou-nos analisar a cerâmica enquanto produto final da manufatura, enquanto artefacto utilizado no dia-a-dia. Concretamente, interessou-nos a reconstrução das formas e, conseqüentemente, do propósito dos diversos envases cerâmicos. Principiámos por desenhar as peças do NMI, que constatámos dividirem-se em potes-panels, pratos, tigelas e alguidares.

A primeira forma que aqui abordamos é o **pote-panela**, um tipo de peça muito frequente entre a coleção (Anexo 1, Estampa 3). É uma forma fechada de colo estrangulado e bordo frequentemente extrovertido, o que lhe proporciona um perfil característico, em forma de S. O bordo propriamente dito é normalmente redondo, com a exceção do NMI 13, que ostenta um bordo de perfil biselado. O NMI 7 constitui também uma divergência, na medida em que o seu colo é vertical, paralelo ao eixo de simetria da peça. A função destas peças é discutível, e por essa razão aplicamos o termo pote-panela. Em teoria, o que distinguiria um pote de uma panela seria o facto de estas últimas se destinarem a ser levadas ao lume para confeção de alimentos, enquanto que os outros servem somente para armazenamento. Não se conservando o

fundo de nenhuma das peças do NMI, todavia, não dispomos de quaisquer hipotéticas marcas de fogo que pudessem solucionar esta questão.

Os potes-panela do arqueossítio da Rua de D. Hugo, nº. 5, distinguem-se por apresentarem dimensões relativamente reduzidas, oscilando os diâmetros máximos do seu bordo entre os 12 e os 18 cm.

As peças que designámos como **tigelas** são as mais frequentes entre o NMI (Anexo 1, Estampa 4). São formas abertas, de paredes pouco espessas. São geralmente hemisféricas, à exceção do NMI 5, cujo perfil é quase vertical. Ainda assim, dentro deste grupo não há dois perfis iguais. Algumas peças têm curvaturas suaves, como os NMI 11 e 21, enquanto que noutras se verificam mudanças de direção mais abruptas, que resultam naquilo a que chamamos *pseudo-carenas* – é o caso dos NMI 12 e 16. Verificamos, no entanto, que, geralmente, os bordos são espessados, à exceção do NMI 16, no qual é redondo, e do NMI 5, em que é plano.

O propósito destas peças é a contenção de alimentos, predominante mas não exclusivamente líquidos, durante o seu consumo e, hipoteticamente, confeção. Comummente, têm entre 22 e 26 cm de diâmetro máximo do bordo. Deparamo-nos, contudo, com duas peças que fogem a esta regra: o NMI 12, que consiste numa pequena tacinha com diâmetro máximo de 13 cm, e o NMI 11, que, em oposição, tem um diâmetro máximo de 36 cm.

Os **pratos** são também formas abertas (Anexo 1, Estampa 5). Como não são destinados à contenção de líquidos, distinguem-se das tijelas por não terem paredes tão elevadas. Estas são oblíquas, desenhando-se frequentemente o seu bordo em aba, como sucede como os NMI 1, 14 e 15. Em alternativa, os restantes pratos têm bordos espessados. As suas dimensões oscilam entre 22 e 32 cm de diâmetro, sendo, no entanto, a moda deste conjunto 24 cm, que se regista em 3 exemplares.

As restantes duas peças do NMI consistem em **alguidares** (Anexo 1, Estampa 6). Estes são envases de grande envergadura, o que se revela, desde logo, na maior espessura das suas paredes face à restante cerâmica comum. Os NMI 9 e 17 têm, respetivamente, 34 e 28 cm de diâmetro máximo. Estas peças têm diversas funções,

que se desdobram tanto na confeção de alimentos como na própria lavagem de roupa, por exemplo, o que justifica a sua maior dimensão e robustez.

É mais difícil reconstituir as formas do NMA, dadas as menores dimensões dos seus fragmentos. Não obstante, conseguimos fazer corresponder morfologias a 32 bordos e aos 2 perfis completos desse conjunto. Estes consistem nas formas já mencionadas – nomeadamente, 22 potes-panelas, 8 pratos e 3 tigelas. Constitui uma novidade, porém, um **jarro**. Este é atestado pela presença de um bordo trilobado, onde se distingue ainda o seu bico vertedor. Através da comparação com outras peças semelhantes de outras proveniências, somos levados a crer que esta peça seria dotada de uma asa. A sua função seria comportar água ou outras bebidas levadas à mesa durante as refeições.

Entre peças do NMI e do NMA contamos 55 indivíduos cujas formas originais conseguimos recriar com segurança, e que se repartem pelas diversas camadas estratigráficas conforme o exposto no Gráfico 9.

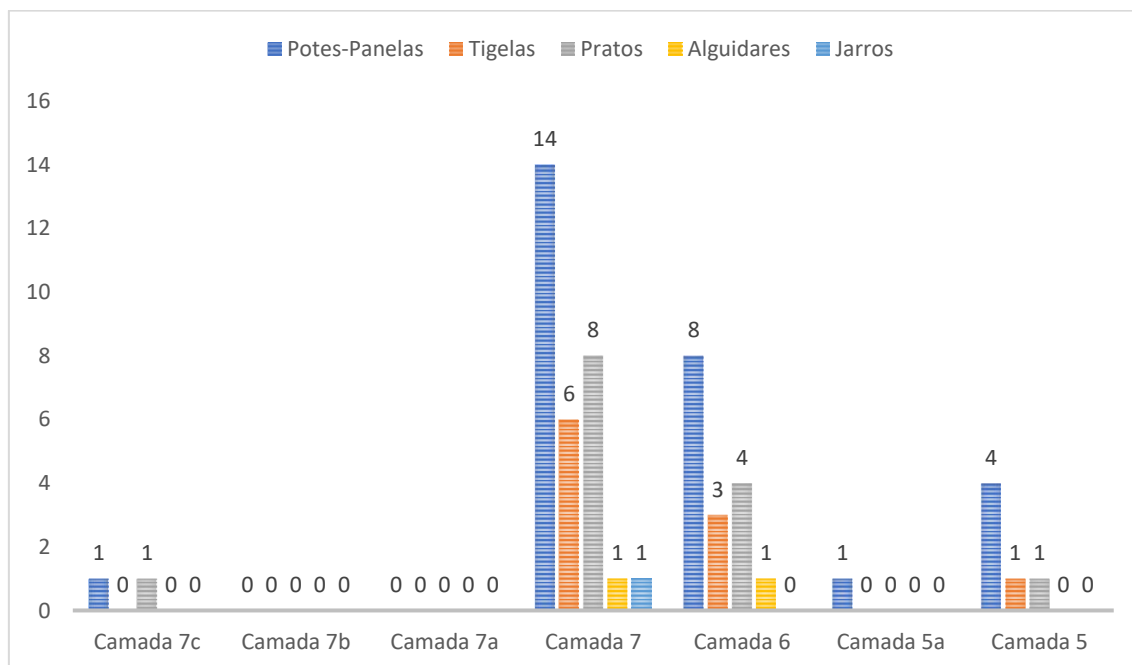


Gráfico 9 - Repartição pelas camadas estratigráficas das formas cerâmicas identificadas

Para além destes bordos, o NMA comporta ainda 84 fundos, de morfologias diferentes. Classificámos a sua maioria – 66 fragmentos – como **planos**, uma vez que não apresentavam qualquer tipo de ornamentação. Outras peças revelavam um pequeno alteamento na sua base. Se este fosse meramente em forma de circunferência, como sucedeu com 8 fragmentos, designámo-lo como em **pé-de-anel**. Por outro lado, se este fosse preenchido, denominámo-lo como em **bolacha**, como foi o caso de 8 peças. Apenas num caso, apercebemo-nos da ocorrência de um fundo em **ônfalo**, ou “umbigo”, que se caracteriza pela presença de uma súbita reentrância no centro do fundo da peça. Apresentamos na Figura 1 a morfologia destes tipos de fundo, em corte transversal.

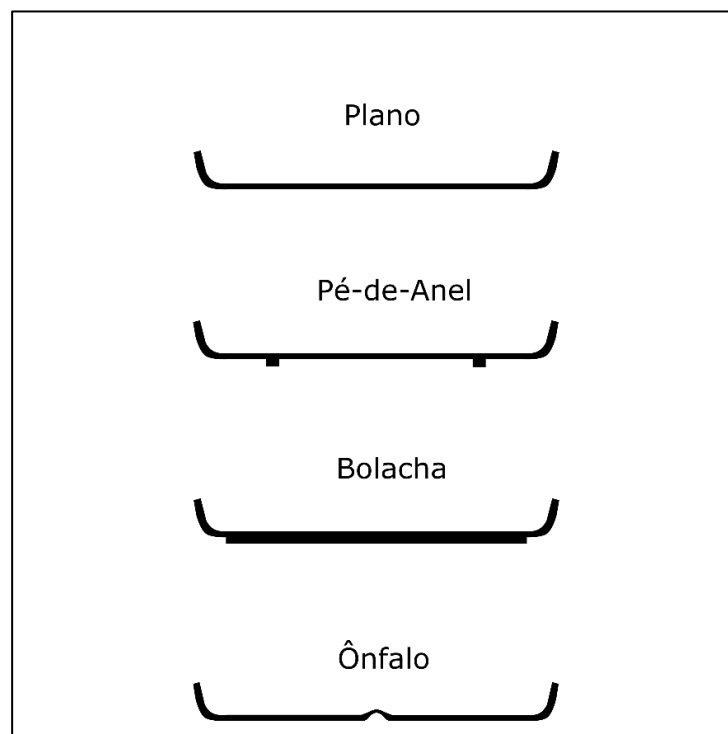


Figura 1 - Representação esquemática em perfil dos diferentes tipos de fundo

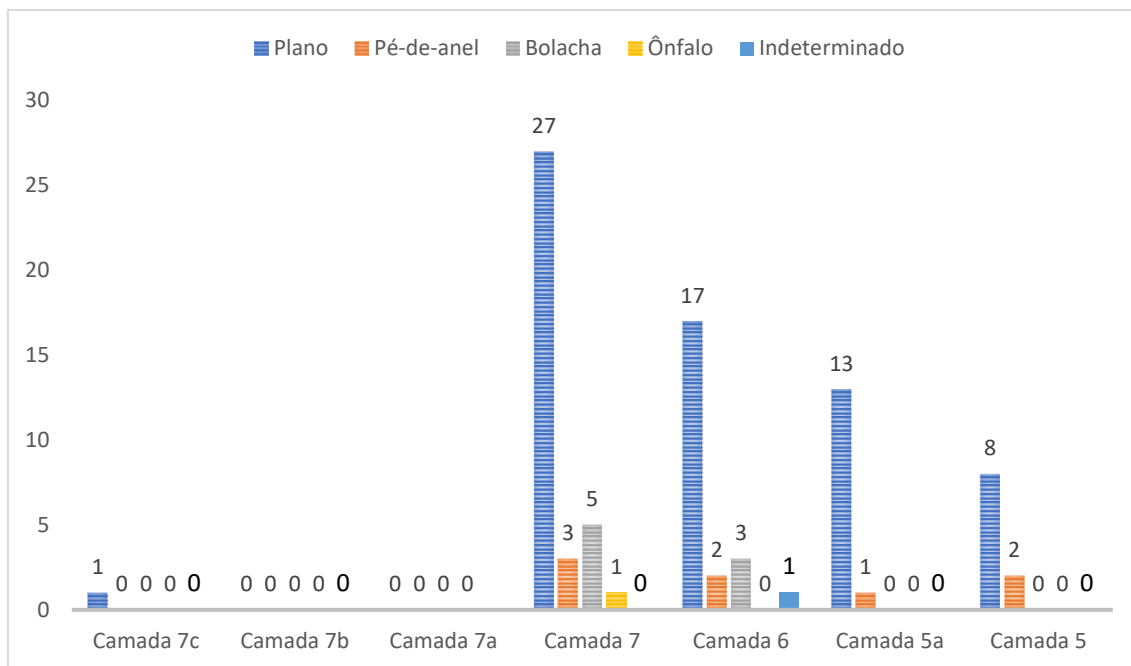


Gráfico 10 - Distribuição dos tipos de fundo por camada estratigráfica

Decoração

Pelas opções metodológicas que já expusemos, até este momento o estudo da cerâmica comum incidiu apenas num conjunto restrito de fragmentos: bordos e fundos. Todavia, como é nas paredes da peça que, mais frequentemente, surgem os motivos decorativos, para o estudo destes últimos verificámos a necessidade de alargar o universo de materiais também aos bojos.

Uma vez aumentado o âmbito de estudo, contabilizámos um total de 113 fragmentos cerâmicos em que se conservavam traços de decoração, que assumem diversas feições.

A forma de decoração mais frequente é a **incisão**, contando com 43 exemplares, presentes em todas as camadas em que se registou decoração. Esta técnica manifesta-se geralmente sob a forma de bandas horizontais, paralelas ao bordo, em grupos de duas ou três linhas.

As **caneluras** estão de igual modo presentes durante todo o período do nosso estudo, contando-se 43 exemplares. São obtidas através da moldagem de bandas em

relevo, transversais ao eixo de simetria da peça. Predominam nas camadas 7 e 7c, e constituem a decoração mais comum nas peças de cronologia mais recuada.

Na camada 6 surge um novo tipo de decoração, sob a forma de **cordões plásticos**. Em vez de serem moldados a partir do barro da própria peça, estes são aplicados posteriormente à sua rotação na superfície do bojo, e são frequentemente decorados com digitações. Este parece-nos o motivo decorativo alto-medieval por excelência, que surge em todas as camadas posteriores à 6. Apesar da baixa quantidade de fragmentos decorados nas camadas 5a e 5, não deixa de haver um aumento da proporção deste tipo de decoração perante o total de fragmentos de cada camada estratigráfica. No total, este conjunto é constituído por 11 elementos.

Nas camadas 7c, 7 e, pela última vez, 6 surgem ainda testemunhos de **pintura**, num total de 14 fragmentos. Esta técnica é executada com pigmentos brancos ou ocres dispostos em bandas irregulares ou motivos geométricos, frequentemente sobre peças de coloração bege ou alaranjada.

Finalmente, inventariámos 2 peças que continham **punções**, em camadas tão díspares como a 7 e a 5.

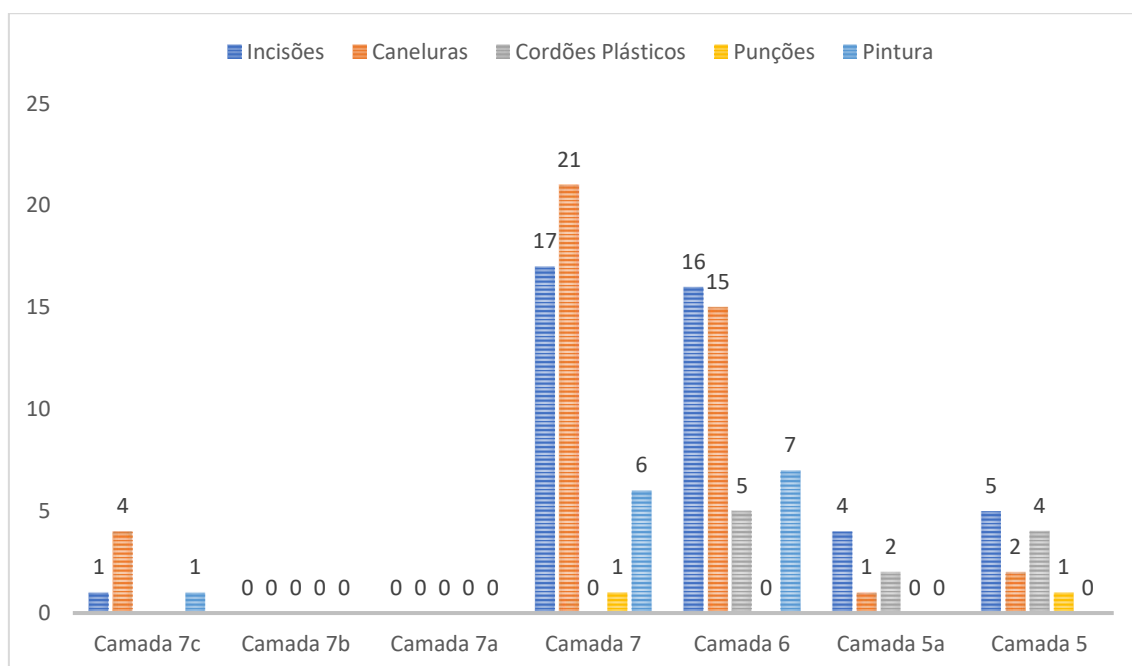


Gráfico 11 - Distribuição dos motivos decorativos por camadas estratigráficas

3.2.2. Cerâmica fina

Contabilização

Em comparação com o anterior, o conjunto da cerâmica fina é muito reduzido, tendo nele sido contados apenas 70 fragmentos. É constituído por peças de paredes finas e pastas muito compactas e homogêneas, raramente apresentando ENP's detetáveis à vista desarmada. Como o gráfico 12 demonstra, subdividem-se em três subgrupos. O mais numeroso destes (40 fragmentos) é o da chamada **terra sigillata**, que se caracteriza por as suas peças, cozidas em ambientes oxidantes, terem uma cor viva, em tons alaranjados e avermelhados. São peças de grande valor estético, para que contribui o verniz aplicado sobre a sua superfície. A estas peças juntam-se os exemplares de **cerâmica cinzenta fina** (20 fragmentos), que, como o nome indicia, apresentam uma coloração mais escura. Isto, todavia, não é sinónimo de uma pior qualidade de produção, uma vez que também apresentam pastas muito depuradas e cozedura redutora uniforme. Por último, o conjunto é ainda colmatado por 10 peças de **engobe vermelho**, assim designadas pelo tratamento de superfície que ostentam, e que lhes concede um revestimento de tom encarnado escuro, distinto do cerne mais claro da pasta.

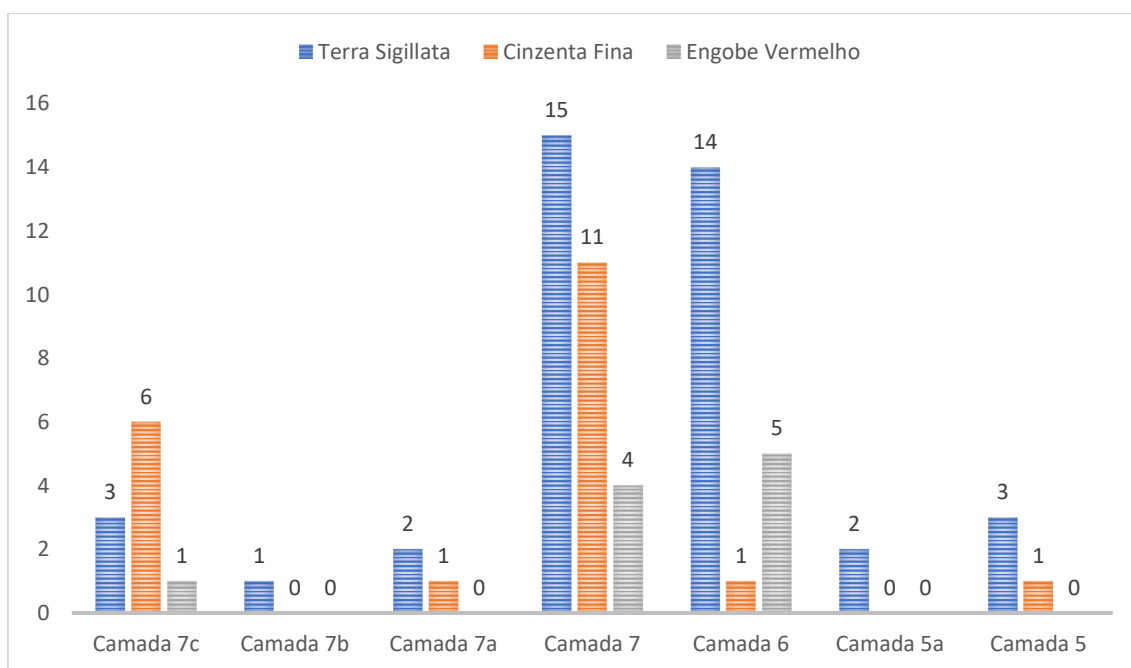


Gráfico 12 - Distribuição dos fragmentos de cerâmica fina por camada estratigráfica

Se tivermos em consideração as camadas estratigráficas principais, constatamos uma progressiva rarefação deste tipo de materiais. Para além disto, verificamos que diferentes produções de cerâmica fina têm diferentes picos de concentração no registo arqueológico. No que diz respeito à *terra sigillata*, por exemplo, dispomos de números comparáveis nas camadas 7 e 6 (15 e 14 fragmentos, respetivamente), tendência que, por exemplo, não se verifica no que concerne a cerâmica cinzenta fina. Com efeito, esta atinge o seu ápice na camada 7 e suas subcamadas, reduzindo-se depois a uns irrisórios dois indivíduos distribuídos pelas camadas 6 e 5.

Já as peças de engobe vermelho, embora sempre pouco numerosas, parecem, entre as camadas 7c e 6, aumentar de número, deixando posteriormente de ser registadas.

De modo a perceber o grau de preservação destas peças, expomos *infra* a dispersão das peças reconstituíveis. Também aqui se verifica um aumento da sua proporção: as 6 peças na camada 7 constituem 20% do seu total, ao passo que, na camada 6, as peças individualizáveis (todas elas *terra sigillata*) constituem 25% do total. A camada 5a conta apenas com 1 indivíduo, que constitui 50% dos fragmentos de cerâmica fina desse nível. Olhamos esta última proporção com alguma reserva, todavia, pois, como justificaremos no capítulo 4, acreditamos de que os exemplares de cerâmica fina registados nas camadas posteriores à 6 são residuais.

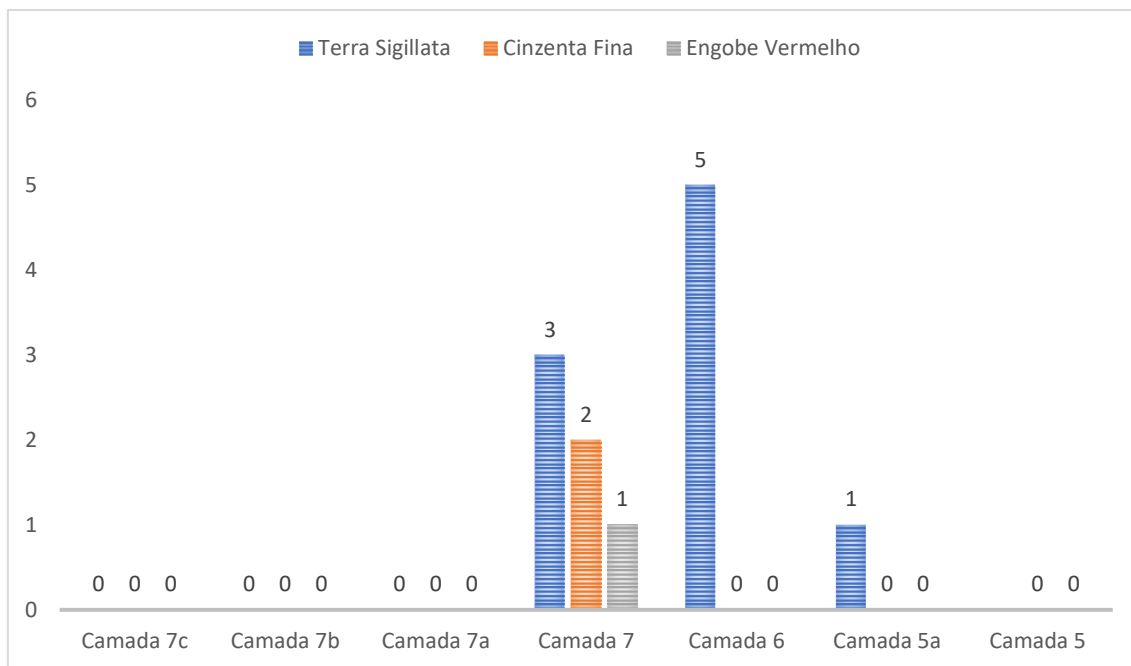


Gráfico 13 - Distribuição das peças reconstituíveis de cerâmica fina por camada estratigráfica

Técnicas de fabrico

A notável uniformidade das peças de cerâmica fina advém em grande medida da adoção de critérios rígidos quanto às suas técnicas de fabrico, que variam consoante a produção.

Quanto à técnica utilizada na sua modelação, as peças com que contamos distribuem-se entre peças realizadas a torno rápido e peças executas em molde. As peças rodadas a torno consistem nas cerâmicas de engobe vermelho e cinzenta fina, e, portanto, constituem 42,9% do total. Os restantes 57,1% correspondem às peças moldadas – isto é, aos exemplares de *terra sigillata*.

Quanto aos ambientes de cozedura, é evidente no gráfico 14 a predominância das colorações mais claras, típicas das cozeduras oxidantes nesta tradição manufactureira. Dito isto, não podemos descurar o caso da camada 7c, em que as produções de cinzenta fina são hegemónicas.

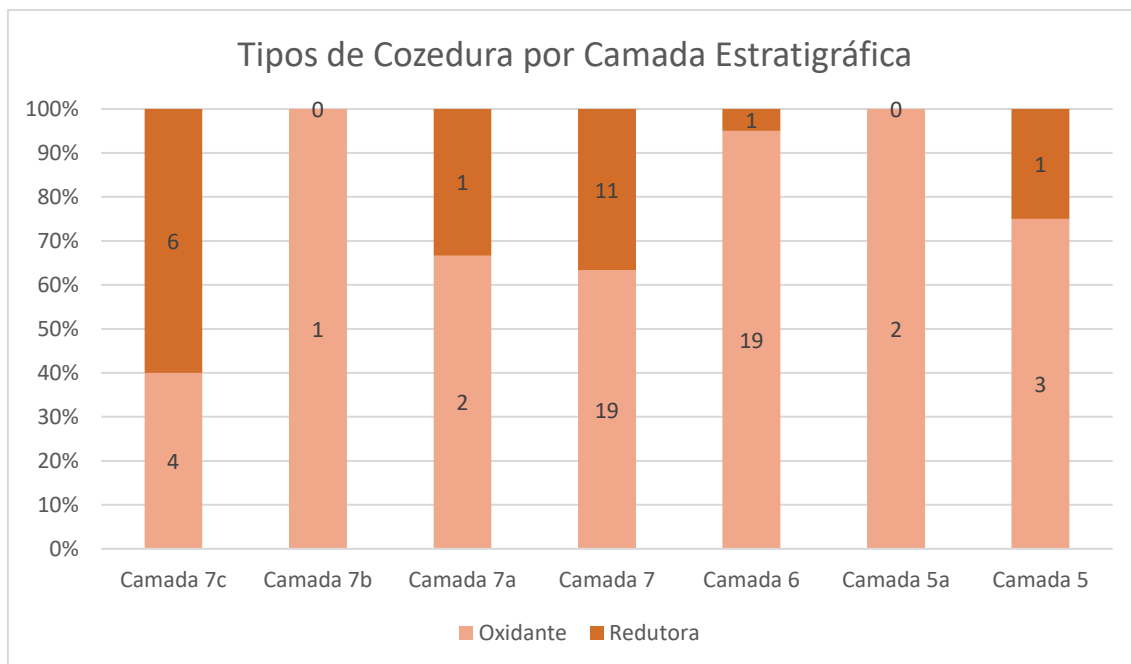


Gráfico 14 - Comparação das percentagens de cada tipo de cozedura face ao total de indivíduos de cada camada estratigráfica

Posto isto, reiteramos que é nas técnicas de manufatura – assim como na constituição das pastas, que abordaremos de seguida – que reside a distinção entre as três produções de cerâmica fina, tal como sumariamos no Quadro 2.

Quadro 2 – Técnicas de fabrico da cerâmica fina			
	<i>Terra Sigillata</i>	Cinzenta Fina	Engobe Vermelho
Técnica de Moldagem	Molde	Torno Rápido	Torno Rápido
Cozedura	Oxidante	Redutora	Oxidante

Análise Macroscópica das Pastas

O conjunto das manufaturas de cerâmica fina caracteriza-se por as suas peças serem executadas a partir de pastas muito bem depuradas. Com efeito, a totalidade destes indivíduos tem pastas de consistência compacta. A observação macroscópica

das suas fraturas não permite a identificação de qualquer tipo de grãos ou lamelas, razão pela qual caracterizámos a sua textura como homogénea.

Raramente se verifica a existência de ENP's à vista desarmada, tendo-se somente, pontualmente, identificado inclusões de calcário, feldspato, ou micas de dimensões muito reduzidas (<1mm).

Classificação Morfológica

O conjunto da cerâmica fina apresenta uma grande variedade de formas, que nos dotam de dados valiosos não só acerca do seu uso, mas também da própria datação dos contextos, uma vez que as suas formas diversificadas foram produzidas em intervalos cronológicos muito circunscritos. Ainda que, como expusemos na Metodologia, tenhamos tido em conta para a reconstrução de formas todos os fragmentos de bordo de cerâmica fina, só 11 dos 70 fragmentos foram elegíveis para tal. Os desenhos resultantes da reconstrução da cerâmica fina podem ser consultados no Anexo 1, Estampas 7 e 8.

No que diz respeito à *terra sigillata*, contam-se no arqueossítio da Rua de D. Hugo, nº. 5, produções tanto hispânicas como africanas, dispersas pelas camadas estratigráficas do modo que expomos de seguida.

Na camada 7, registámos a ocorrência das peças mais antigas da coleção. O exemplar TS 16508 corresponde à forma Drag. 36, executada em *terra sigillata* hispânica alto-imperial, de que se conserva um fragmento da aba.

Também confeccionado em *sigillata* hispânica é o espécime TS 564, que corresponde à forma Drag. 15/17. A aproximação do seu perfil ao das produções gálicas indicia, todavia, que esta é uma forma precoce dessa tipologia, atribuível, possivelmente, ao princípio do período flávio (69-96 d.C.)

Finalmente, a peça mais recente da camada 7, TS 7871, será também uma forma Drag. 15/17, desta feita um modelo mais recente. É uma *sigillata* hispânica de transição, que estabelece a ponte entre as TSH mais tradicionais e a TSHT. Data do século III.

O maior número de *terra sigillata* foi recolhido da camada 6. Aqui verificamos já a coexistência de produções ibéricas com tunisinas.

O exemplar TS 7534 é semelhante ao TS 7871, sendo também uma *sigillata* hispânica de transição do século III, da forma Drag. 15/17.

Do indivíduo TS 21139, conservaram-se dois fragmentos da aba. É uma peça executada em *Terra Sigillata* Hispânica Tardia, no vale do Douro. É uma forma Palol 8, pelo que poderá ser datada de finais do século IV.

Quanto à *sigillata* africana (ARS), contamos com uma forma Hayes 50 (TS 2494) da produção C1-2, que podemos enquadrar no século III. A esta junta-se a forma Hayes 104C (TS 5197), produzida no fabrico D1, e datada de finais do século VI, o que faz desta a peça mais recente do conjunto de cerâmica fina.

Na camada 5a, identificou-se um novo fragmento de *terra sigillata* hispânica de transição, sob a forma Drag. 15/17. Pela sua posição na estratigrafia, consideramo-la uma peça residual.

Quanto à cerâmica cinzenta fina, ambas as peças (CF 5575 e CF 10218) são provenientes também da camada 7. São formas de bordos extrovertidos, sendo que na primeira se conserva ainda o estrangulamento do seu colo. Demarcam-se da demais cerâmica fina por apresentarem dimensões assaz diminutas. A CF 5575 e a CF 10218 têm, respetivamente, 7 e 9 cm de diâmetro máximo do bordo.

A última peça de cerâmica fina que podemos reconstruir é o prato de engobe vermelho (EV 10469) obtido na camada 7. A argila que a constitui é típica dos arredores de Conímbriga, pelo que poderá ser nas proximidades dessa cidade que reside o seu centro produtor.

Decoração e outras peças de interesse

São praticamente nulos os bojos de cerâmica fina que conservam elementos decorativos. Dedicamos esta secção a essa temática, porém, devido a um exemplar particularmente ilustrativo.

Com efeito, da camada 6 foi recolhido um fragmento de *sigillata* (TS 11605) que apresenta motivos ornitológicos executados através de impressão.

Para além desta ocorrência, regista-se ainda a existência de ligeiras incisões numa das cerâmicas cinzentas finas (CF 4475).

Quanto aos tratamentos de superfície, devemos referir que a deposição no subsolo não lhes foi propícia, já que os vernizes se encontram frequentemente muito corroídos. É o caso das peças TS 5197, TS 7535 e TS 8135, por exemplo. Em oposição, por outro lado, indivíduos há em que este se conserva bastante bem, como é caso do TS 2494 ou TS 7964.

Considerámos também como peça de interesse um fragmento reduzido de bojo de *terra sigillata*, que conserva ainda um orifício. Uma vez que o consideramos demasiado largo para ser o negativo de um gato, cremos estar perante uma reutilização ou adaptação da forma original – que o fragmento não permite reconstruir – talvez com o intuito de dotar a peça de um mecanismo de prensão.

3.2.3. Cerâmica de Transporte

Contabilização

Como foi exposto anteriormente, não apresentamos aqui o total de peças de cerâmica de transporte recolhidas, uma vez que a mais representativa parte desse espólio não nos foi acessível.

Não obstante, contávamos com 181 fragmentos de ânforas, que, da mesma forma que já tivemos oportunidade de verificar nos restantes materiais, se distribuíam de forma desproporcional pelas camadas estratigráficas (Gráfico 15).

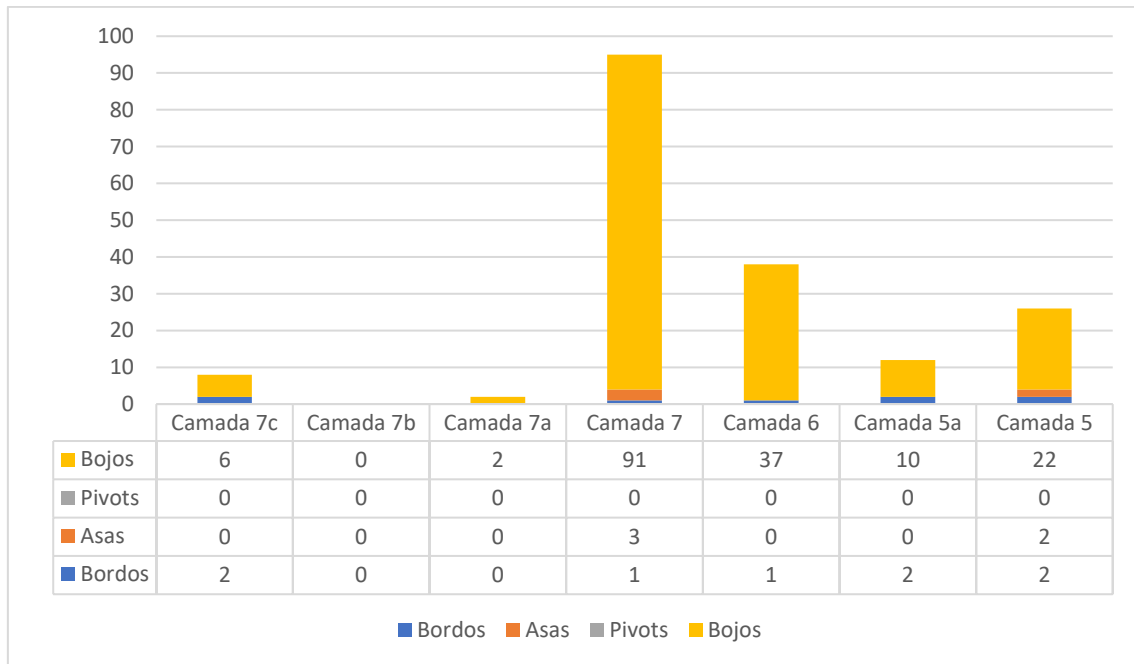


Gráfico 15 - Classificação e contabilização dos fragmentos de ânfora em cada camada estratigráfica

A maior concentração deste espólio encontra-se na camada 7, que, aliás, conta com mais do dobro de fragmentos presentes na segunda camada onde é mais abundante, a 6. Verificamos também que 168 fragmentos são bojos, o que representa 92,8% do total. É notória a ausência de pivots, razão pela qual se reduzem às asas e aos bordos os elementos individualizáveis.

Técnicas de Fabrico

As ânforas caracterizam-se por serem executadas de forma modular, sendo o seu corpo rodado a torno e, posteriormente, serem-lhes aplicadas as asas, moldadas manualmente. O conjunto de que dispomos não parece fugir a esta regra, ainda que, devido à diminuta dimensão dos materiais, por vezes seja difícil tirar conclusões seguras quanto à tecnologia aplicada na sua moldagem.

Como o gráfico 15 demonstra, registámos peças cozidas predominantemente em ambiente oxidante. Apenas um indivíduo foi cozido em ambiente redutor (Ânf. 15238). Os indivíduos Ânf. 68 e Ânf. 620 são de cozedura redutora-oxidante.

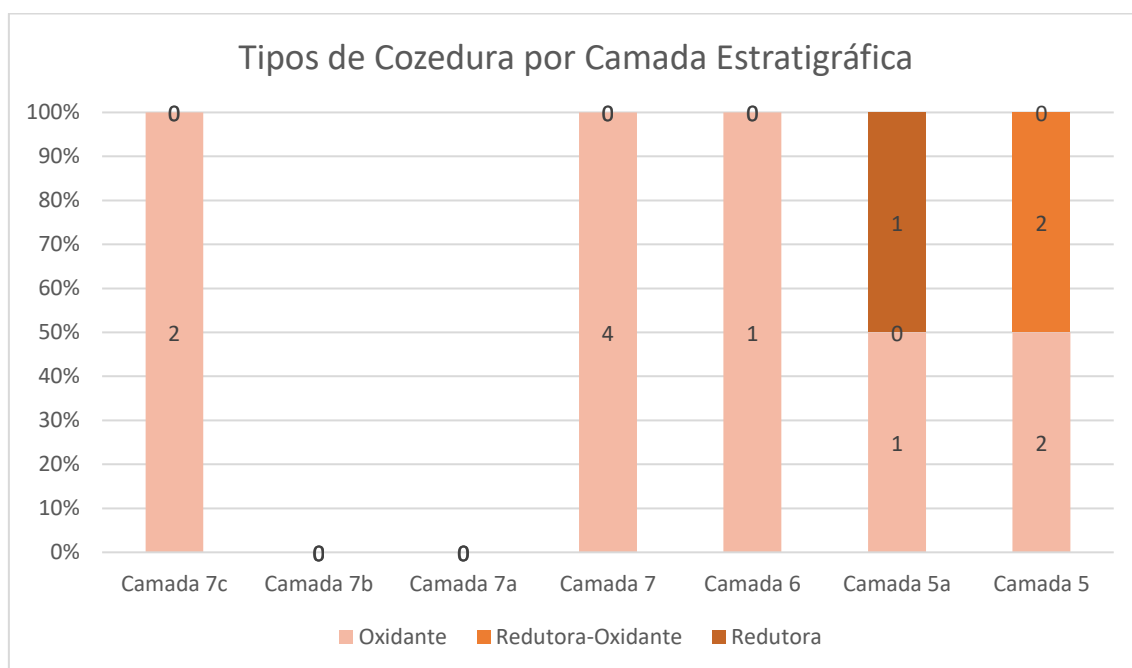


Gráfico 16 - Comparação das percentagens de cada tipo de cozedura face ao total de indivíduos de cada camada estratigráfica

Análise Macroscópica das Pastas

Os 13 fragmentos de ânfora que individualizámos têm todas as pastas compactas. Notamos, todavia, variação no que diz respeito às suas texturas. Como sintetizamos no gráfico 17, verificamos a ocorrência de 8 peças de textura homogénea, face a 5 em que esta é granular.

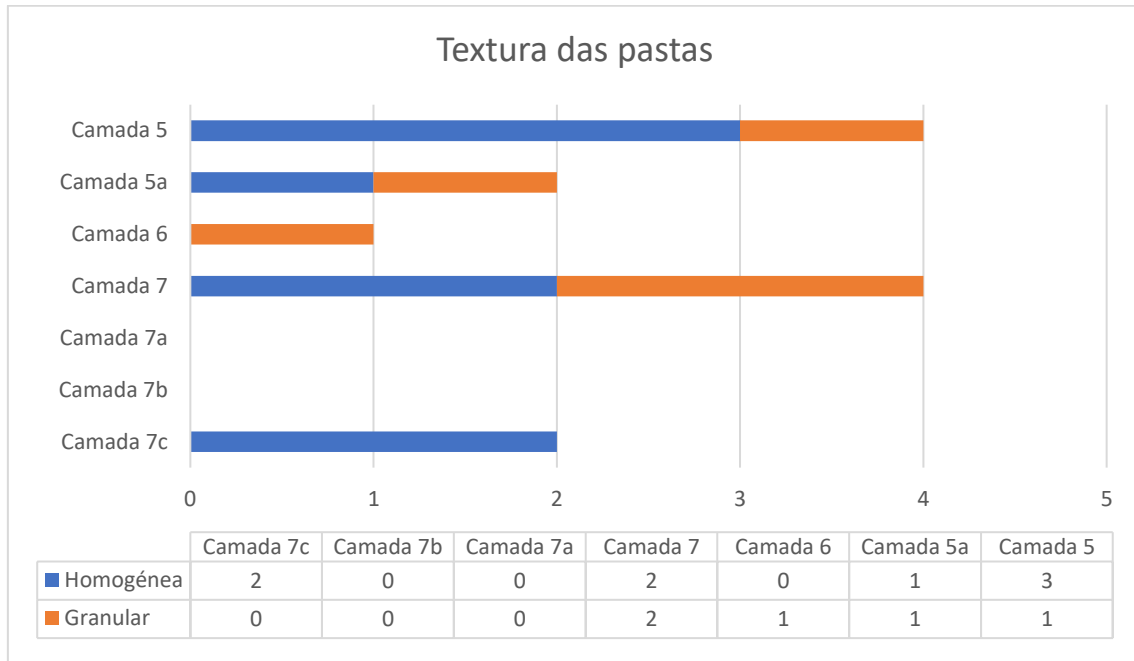


Gráfico 17 - Proporção das texturas das pastas por camada estratigráfica

Verificamos, de igual modo, a presença de ENP's em todos os indivíduos deste conjunto. A inclusão mais comum é a de micas, com 10 ocorrências. Seguem-se-lhe os calcários, presentes em 9 fragmentos, os quartzos, em 7, e os feldspatos, em 5.

Ainda que presentes em todas as peças, estas inclusões não são muito pronunciadas. Tal como os dois gráficos seguintes demonstram, nem a concentração nem as dimensões dos ENP's são excessivamente expressivas.

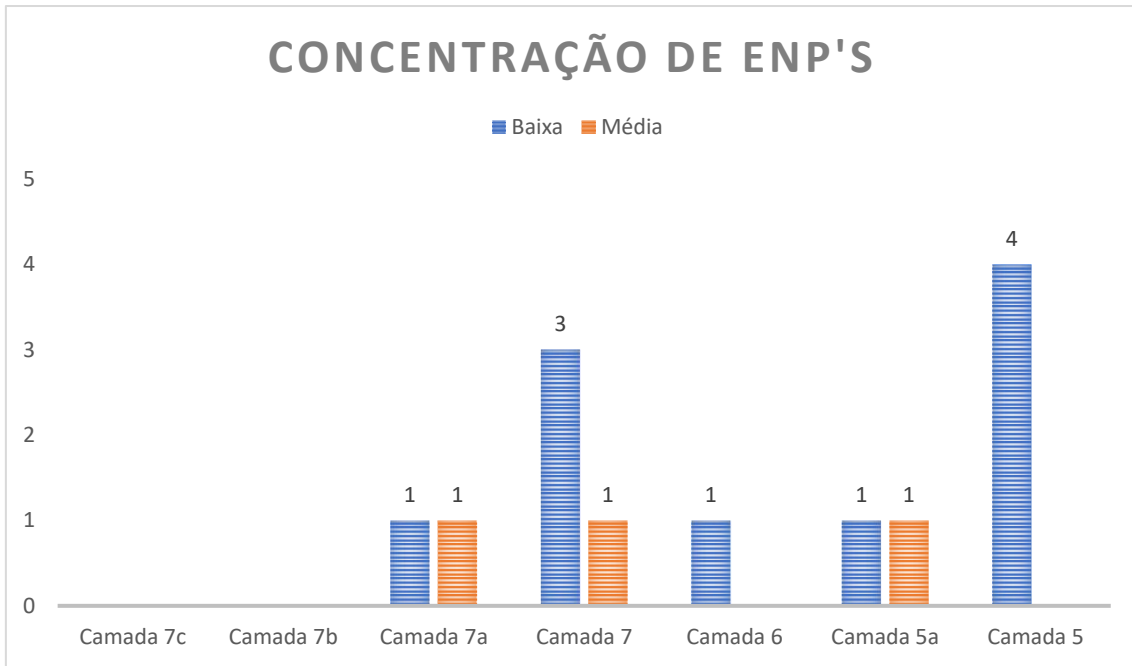


Gráfico 18 - Progressão da concentração dos ENP's

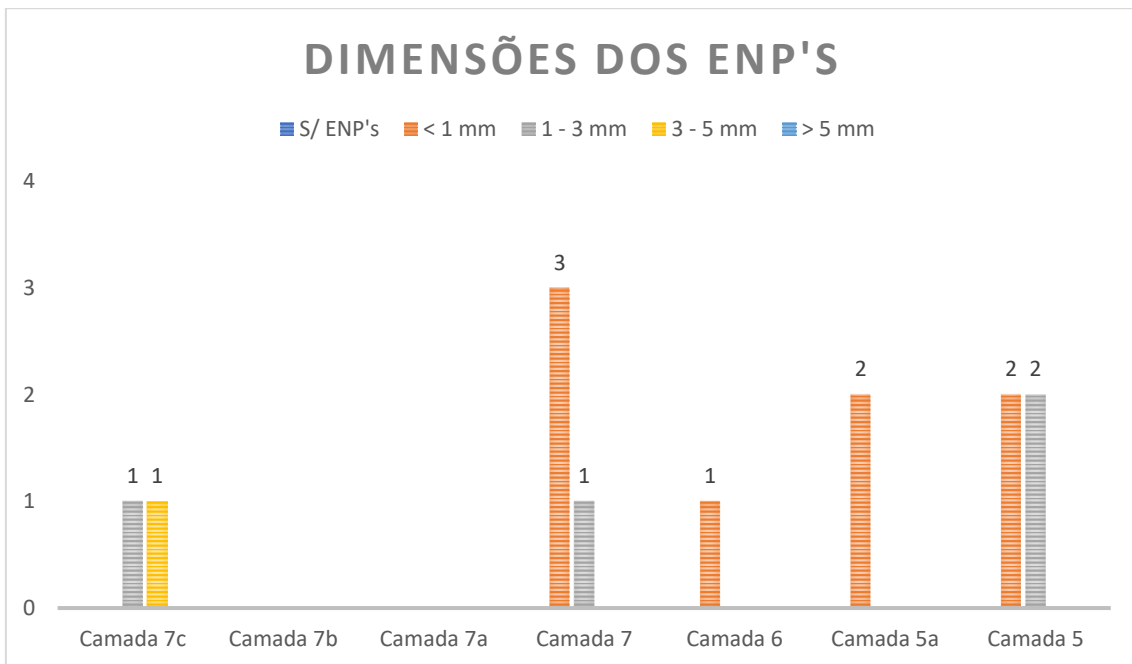


Gráfico 19 - Relação das dimensões de ENP's presentes em cada camada estratigráfica

Classificação Morfológica

A nossa expectativa de fazer corresponder tipologias às cerâmicas de transporte viu-se gorada pela difícil preservação das suas formas. Para além de mínimos, estes fragmentos encontravam-se muito corroídos por processos tafonómicos, pelo que foi difícil a reconstrução dos seus perfis – não é surpreendente que estas tenham sido deixados de parte quando as restantes ânforas foram selecionadas para outros estudos. Não obstante, conseguimos obter alguns dados que é lícito aqui expor (Anexo 2, Tabela 7).

Procurámos primeiro identificar a forma das asas de que dispúnhamos. No que diz respeito ao seu perfil, classificámos uma – Ân. 620 – como em anel (*Ring*⁶). As quatro restantes apresentaram problemas, pois o facto de apenas se conservarem segmentos muito curtos das mesmas dificulta a completa reconstrução das suas formas. Não obstante, estas quatro peças são caracterizadas por terem uma curvatura ligeira, sem apresentarem ângulos pronunciados nem mudanças de direção bruscas.

Quanto à sua secção, as asas apresentam uma maior variedade de formas. Duas delas (Ânf. 620 e Ân. 6893) não apresentam qualquer tipo de ornamentação, pelo lhes aplicámos a designação ovoide/elíptica (*Ovoid/Elliptical*). Os exemplares Ân. 2780 e Ân. 6859, por seu lado, caracterizam-se por serem longitudinalmente divididos por um sulco pronunciado, e por isso descrevemo-los como sulcado (*Grooved*). Finalmente, o fragmento Ân. 1941 é decorado com várias caneluras paralelas ao seu eixo vertical, pelo que o classificámos como estriado (*Ridged*).

Os bordos que se preservaram são extrovertidos, com lábios de perfil redondo. Apresentam alguma variedade quanto às suas dimensões, uma vez que às peças Ân. 524 e Ân. 25704 – com 14 e 15 cm de diâmetro máximo, respetivamente – se opõem peças de estatura mais considerável, como, por exemplo, Ân. 16309 (24 cm), Ân. 15238 (26 cm) e Ân. 68 (28 cm).

⁶ Aplicámos para a classificação destas formas as denominações utilizadas no já referido projeto *Roman Amphorae: a Digital Resource*, e por isso incluímos entre parênteses os termos em língua inglesa, que traduzimos para português.

3.3. Outros materiais

O espólio arqueológico proveniente da Rua de D. Hugo, nº. 5, incluía, residualmente, materiais para além dos envases cerâmicos. Não sendo o seu estudo tão fecundo, não deixam, todavia, de constituir valiosos testemunhos das diversas atividades quotidianas que neste arqueossítio se praticavam.

Metalurgia

A principal atividade artesanal de que o registo arqueológico nos dá testemunho é o trabalho do metal. Este é comprovado pela presença de 7 **cadinhos**, presentes nas camadas 5a, 6 e 7. Estes são recipientes destinados à fundição de metais. De modo a melhor resistirem às altas temperaturas que esta implica, são artefactos líticos. Ainda que não disponhamos de nenhum objeto produzido através deste processo, contamos entre a coleção subprodutos da fundição, 4 **escórias**, que se repartem pelas camadas 5a e 6.

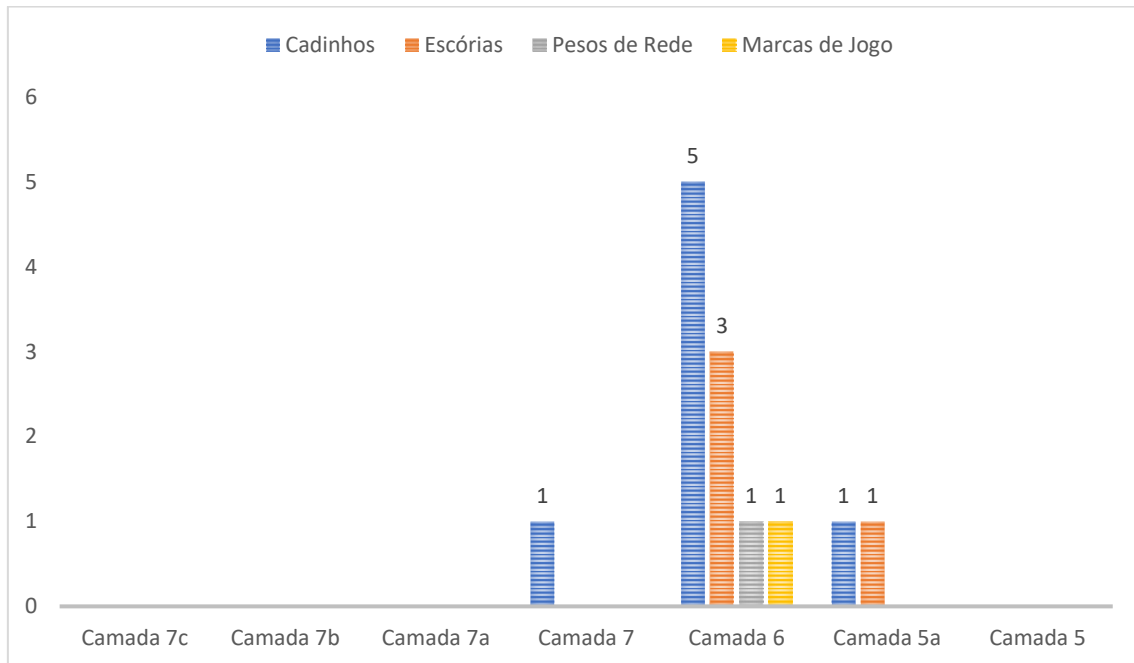
Pesca

Na camada 6, surgiu uma peça cerâmica paralelepípedica, de grande densidade, atravessada transversalmente por um orifício. Uma vez que era demasiado volumoso para constituir um peso de tear, interpretámos este espécime como um **peso de rede**, utilizado na prática da pesca.

Ócio

Também na camada 6, identificámos um fragmento de cerâmica, de cozedura oxidante, que se demarca dos demais por ter uma geometria muito regular. Com efeito, esta peça, praticamente circular, embora provavelmente provindo de um envase comum, parece-nos propositadamente afeiçoada por mãos humanas e não por

processos tafonómicos. Interpretámo-la, assim sendo, como uma **marca de jogo**, destinada a qualquer tipo de entretenimento lúdico.



4. Discussão

É chegada a hora de, baseando-nos nos dados expostos no capítulo anterior, avançar hipóteses relativas à leitura e interpretação do arqueossítio da Rua de D. Hugo, nº. 5. Começaremos por, primeiro, fazer algumas considerações relativas à datação das várias camadas estratigráficas, para depois nos alongarmos acerca do modo de vida praticado neste arqueossítio, e de que forma se alterou ao longo do tempo.

4.1. Estratigrafia e Cronologia

O primeiro dado que importa confirmar com este trabalho diz respeito à datação dos níveis arqueológicos que nos propusemos a estudar. Como referimos, as publicações resultantes da escavação de 1984-'87 datavam a camada 6 como sendo de cronologia suevo-visigótica. Assim sendo, compete-nos, antes de mais, verificar se o estudo dos materiais sustenta esta interpretação. Como já tivemos oportunidade de referir, este trabalho é complicado tanto pelo alto grau de fragmentação dos materiais arqueológicos, como, sobretudo, pela própria ocorrência de espólio residual. Com efeito, ainda que a sequência estratigráfica se tenha preservado em grande medida, verificámos repetidamente a ocorrência de materiais mais antigos em camadas mais recentes. Recordemos, por exemplo, a presença na camada 7 de 20 fragmentos do Grupo de Fabrico 5, proto-histórico, a que fizemos alusão na secção 3.2.1. Retornaremos a este aspeto mais adiante, mas parece-nos que a ocorrência de materiais residuais – do mesmo modo que a deterioração do espólio – é uma consequência da ocupação longa deste arqueossítio, que implicou sucessivos remeximentos e intrusões no subsolo, bem como vários processos pós-deposicionais.

Começemos, então, por abordar as camadas mais antigas, de modo a que possamos apresentar a sequência de ocupações deste espaço por ordem cronológica. É nossa convicção que as camadas 7, 7a, 7b e 7c correspondem a uma mesma fase de

ocupação – a mais precoce no âmbito deste trabalho. O espólio das subcamadas é em tudo semelhante ao da sua camada-mãe e, para além disso, a única descrição que possuímos acerca de uma daquelas (concretamente, da camada 7a) retrata-a como tendo características semelhantes às da camada 7.

No que diz respeito à cronologia avançada pelo seu espólio, a *terra sigillata* hispânica de transição aponta a datação desta camada para o século III d.C., sendo residuais, portanto, as formas mais antigas, do Alto Império.

Ainda que, de um modo geral, as estruturas arquitetónicas sejam parcas neste arqueossítio, na camada 7 foi atestada a existência de um muro pétreo, em estreita relação com a muralha (Real, *et al.*, 1984: 5). Quanto a esta última, ainda que, como referimos, o paramento que hoje podemos observar seja característico dos alvores da Nacionalidade (Real *et al.*, 1985/86: 33), constatou-se na escavação que os seus alicerces são coevos da ocupação da camada 7. Comprova-se com isto que o amuralhamento do burgo do Porto não é uma iniciativa sueva, mas será mais precoce, remontando, possivelmente, ao séc. III (Real, *et al.*, 1984: 5). Este fenómeno tem paralelos em outros núcleos urbanos do Noroeste Peninsular. A título de exemplo, tome-se a capital provincial de *Bracara Augusta*, cuja primeira muralha é datada de entre finais do século III e princípios do século IV (Lemos *et al.*, 2002: 622).

A camada seguinte, a 6, tem já características muito diferentes. Quanto à sua cerâmica fina, apercebemo-nos da existência de um conjunto de formas típico do ocaso do Império Romano do Ocidente, onde identificamos já formas de finais do século IV, como a Palol 8 e a Hayes 50. A peça mais tardia desse nível, Hayes 104C, obriga-nos, todavia, a avançar a proposta de datação desta camada para finais do século VI. Como elaboraremos na secção seguinte, é evidente aqui um decréscimo do número de fragmentos cerâmicos, assim como o surgimento de novas técnicas de manufatura e decoração. A atribuição a esta camada da cronologia suevo-visigótica parece-nos lógica, assim sendo.

Verificamos, todavia, um hiato na sequência estratigráfica posteriormente aos finais do século VI. O conjunto cerâmico das camadas 5a e 5 parece-nos bastante diferente das que as precedem. Para começar, como vimos, as cerâmicas finas e de

transporte atingem aqui os seus números mais reduzidos. Apenas dispomos de uma peça de *terra sigillata* destes níveis, proveniente da camada 5a. Esta é uma Drag. 15/17 de fabrico hispânico de transição (s. III), pelo que terá de ser, necessariamente, residual. Importa interrogarmo-nos, assim sendo, se os demais materiais de tradição romana recolhidos destas camadas não serão também residuais. Dada a sua deterioração não conseguimos reconstruí-los nem datá-los, pelo que esta questão permanece em aberto.

De qualquer modo, o *facies* da cerâmica comum fornece-nos aqui dados importantes. O principal indicador da cronologia desta camada reside na decoração destas peças. São frequentes os bojos decorados com cordões plásticos digitados e incisões onduladas, não muito dissimilares dos identificados em contextos nacionais dos séculos IX e X, tais como o Castelo de Arouca (Silva e Ribeiro, 2006-2007: figs. 5-7; Silva e Ribeiro, 2014: fig. 10), ou S. Gens (Souza, 2016: figs. 24 e 25), Penedo dos Mouros e Soida (Tente, Lantes e Prieto, 2014: figs. 7 e 9), na região do Alto Mondego. Propomos para estes materiais, portanto, uma datação um pouco mais precoce do que a exposta nas publicações resultantes da escavação. Na nossa ótica, estas camadas não serão pleno-medievais, mas datarão da viragem do milénio.

Quadro 3 – Proposta de datação das Camadas Estratigráficas	
Camada Estratigráfica	Cronologia
Camada 5	Século IX/X
Camada 5a	Século IX/X
Camada 6	Finais do século IV – Finais do século VI
Camada 7	Século III
Camada 7a	Século III
Camada 7b	Século III
Camada 7c	Século III

4.2. Interpretação do contexto

Tal como expusemos na secção anterior, conseguimos discriminar na sequência estratigráfica deste arqueossítio três fases de ocupação, cujas características e funções discriminaremos de seguida.

Fase I – Baixo Império

Creemos estar em condições de poder afirmar que a ocupação baixo-imperial do arqueossítio da Rua de D. Hugo, nº. 5, consistia num contexto doméstico. Alicerçamos esta interpretação, sobretudo, nas características do conjunto cerâmico dele exumado.

Se tivermos em conta as funções desempenhadas pelas diversas formas cerâmicas, apercebemo-nos do cariz doméstico destes recipientes. Os potes-panelas são formas destinadas ao armazenamento de ingredientes ou à confeção de alimentos; pratos, jarros e tigelas servem para o seu consumo. Também as peças de cerâmica fina servem este fim. A única forma que não constitui um utensílio de cozinha ou de mesa por excelência é o alguidar, que, todavia, é também utilizado para uma miríade de tarefas domésticas.

Apesar de provir desta fase a maior quantidade de cerâmica fina, o seu número não deixa de ser modesto quando comparado com o da cerâmica comum (44 vs. 3650 fragmentos). Observamos aqui a coexistência de *terra sigillata* (21 fragmentos), cerâmica cinzenta fina (18 fragmentos) e de engobe vermelho (5 fragmentos). Quanto a esta última produção, foi particularmente importante termos conseguido reconstituir a peça EV 10469. Como mencionámos, esta é originária dos arredores de Conímbriga e a sua presença neste arqueossítio demonstra como a cidade do Porto dispunha de relações comerciais a nível regional, paralelas ao comércio mediterrânico de longa escala. Este último é ainda comprovado pela presença nada irrisória de 105 fragmentos de ânforas, que correspondem a 58,01% do total destes materiais.

No que diz respeito à cerâmica comum, testemunhamos nesta primeira fase peças de pastas bem depuradas, predominantemente compactas e homogéneas, e

com poucos ENP's, de dimensões reduzidas. Verificamos um relativo equilíbrio entre peças mais claras, de cozedura oxidante e redutora-oxidante, e mais escuras, de cozedura redutora e oxidante-redutora. Estão presentes nestas camadas exemplares de todas as formas cerâmicas que identificámos neste trabalho, sendo, todavia, predominantes os potes-panelas. Os motivos decorativos mais comuns são aqui as caneluras, as incisões e a pintura.

Fase II – Transformação

A segunda fase de ocupação deste espaço, que se compreende entre finais do século IV e finais do século VI, coincide com uma série de alterações políticas de relevo – abarcando tanto a chegada dos povos ditos bárbaros à Península Ibérica em 409 como a própria dissolução do Reino Suevo em 585. É natural, portanto, que de alguma forma estas mudanças se tenham repercutido no *modus vivendi* da população que habitou este contexto arqueológico.

As formas cerâmicas identificadas desempenham as mesmas funções das da fase que as precedeu – sobretudo preparação e consumo de alimentos. Verificamos no conjunto da cerâmica comum uma perda de qualidade das pastas cerâmicas, expressa num incremento da concentração e dimensão dos ENP's e numa maior proporção de peças de consistência média e textura granular, que, contudo, continuam secundárias. Mantém-se, todavia, o equilíbrio entre peças de cozeduras oxidantes e redutoras.

Verificamos na camada 6 a ocorrência de todas as formas de cerâmica comum à exceção do jarro. Quanto a técnicas decorativas, esta é a última camada em que se regista a pintura, surgindo em paralelo os primeiros cordões plásticos, sem que possuam incisões nem digitações.

Relativamente à cerâmica fina, verificamos um quase desaparecimento da cerâmica cinzenta, registada num só indivíduo. Aumenta também a proporção de peças de engobe vermelho face às produções de *sigillata* (5 para 14). É sabido que noutros contextos do Noroeste Peninsular se dá uma quebra dramática de *sigillata* em finais do século IV/princípios do século V, que é colmatada por produções locais bracarenses (TSBT), lucenses ou mesmo provenientes de Conimbriga (Fernández e

Bartolomé Abraira, 2016: 71), pelo que nos interrogamos se não estaremos perante um fenómeno semelhante, sobretudo se recordarmos a já referida relação comercial com Conímbriga desde o século III. A forma Hayes 104C, contudo, demonstra como já em finais do século VI se recuperara o comércio de *sigillata* provinda do Norte de África. Estas relações comerciais de longa escala – que, apesar de em menor dimensão, se mantêm – são também testemunhadas pela presença, menos numerosa, de fragmentos de cerâmica de transporte.

A principal mudança no conjunto artefactual que observamos nesta segunda fase, contudo, reside nos materiais que demos a conhecer na secção 3.3., e que se concentram sobretudo nesta camada estratigráfica. O peso de rede evidencia claramente que os ocupantes deste sítio recorriam aos recursos naturais que o meio envolvente oferecia para seu sustento. A marca de jogo reforça ainda o carácter doméstico que temos vindo a defender, comprovando como “nem só de pão vive o Homem” e que, portanto, também neste arqueossítio se praticavam atividades recreativas.

Mas talvez os elementos mais significativos desta última coleção sejam aqueles relacionados com o artesanato. Os poucos cadinhos e escórias de que dispomos testemunham uma atividade metalúrgica insipiente, que consideramos característica de uma exploração artesanal familiar. Este pequeno artesanato não significa necessariamente um regresso à autarcia. Pelo contrário, a presença de materiais exógenos, como a *sigillata* africana, testemunha a manutenção de relações comerciais de longa distância.

Ainda que se verifique uma quebra das importações, este fenómeno não nos parece redundar numa completa cessação das relações comerciais com o exterior da cidade. A produção metalúrgica aqui identificada poderá ser uma tentativa de dar resposta à escassez de alguns produtos no mercado, mas servirá também, teoricamente, para efetivar trocas com materiais que não podem ser produzidos localmente, como, por exemplo, as cerâmicas finas. Para além disto, não podemos descurar que, embora só se conservem facilmente no registo arqueológico materiais cerâmicos, com estes poderiam circular outros bens mais perecíveis, tais como têxteis ou géneros alimentares, que também forneceriam a cidade.

O estudo de outros arqueossítios portuenses poderá, hipoteticamente, determinar se estas tendências se verificam dentro de todo o perímetro urbano. Para já, podemos afirmar que a chegada das novas populações germânicas não implicou necessariamente uma quebra dramática com o passado romano, mas uma adaptação à nova realidade.

A camada dita de incêndio – destruição generalizada ou episódio pontual?

O surgimento na camada 6 de uma “extensa camada de telhas fragmentadas e pedra miúda, misturadas com cinzas” foi interpretado pelos responsáveis pela escavação como testemunho inequívoco de um forte incêndio. Para isto contribuía também a coloração escura da camada, bem como os abundantes carvões dela recolhidos.

Na separata onde as conclusões desta escavação foram divulgadas, avançava-se “como mera hipótese”, se este seria um registo arqueológico da guerra civil de 455-459, decorrente da morte de Requiário (Real *et al.*, 1985/86: 19). A nosso ver, há dois elementos que nos dificultam a aceitação desta interpretação. O primeiro diz respeito à datação da própria camada. Se este episódio tivesse causado a destruição e abandono deste contexto, então, tendo em consideração a data do conflito, não deveríamos contar materiais posteriores a 459. A já várias vezes referida forma Hayes 104C demonstra como este nível de ocupação estava ainda em funções em finais do século VI, mais de 100 anos após a guerra civil.

O segundo elemento consiste na existência de uma forja neste contexto, como testemunham os cadinhos e as escórias. Esta estrutura produtiva é suscetível de criar muitos detritos, tais como cinzas e restos orgânicos carbonizados. A ação dos processos pós-deposicionais a que um contexto urbano está naturalmente sujeito poderia facilmente dispersar estes materiais, formando-se, assim, uma camada com as características referidas.

Assim sendo, levantamos a hipótese de esta camada dita de incêndio ser apenas resultado da operação da forja. Em alternativa, se, de facto, se deu um

incêndio, também é pertinente questionarmo-nos se este poderá ter sido causado pelo funcionamento da própria forja, em vez de resultante da devastação bélica.

Fase III – Limpeza e Reocupação

Como referimos, nota-se a ausência na sequência estratigráfica de contextos dos séculos VII e VIII, sendo a camada 5a, segundo a nossa leitura dos materiais, datada do século IX ou X. Isto não quer dizer, todavia, que tenha havido um abandono do espaço durante este intervalo. Nesse caso, seria de esperar que também esse abandono ficasse registado na estratigrafia. Deste modo, só podemos concluir que a ausência de contextos intermédios entre a segunda e a terceira fases de ocupação se deve a um empreendimento de limpeza e nivelamento do solo operado antes da nova ocupação. Para esta leitura contribui, inclusivamente, a descrição da camada 5a, retratada como uma camada de remeximento que, inclusivamente, fizera desaparecer a camada 6 em determinados setores. Estas intrusões no subsolo justificam, assim, a presença de *sigillata* do século III nesta camada, assim como, teoricamente, de outros materiais de tradição romana.

O que verificamos é que, independentemente da possível rotura operada, mantém-se o cariz doméstico deste contexto. As tijelas desaparecem absolutamente, mas registamos nesta fase fragmentos de potes-panelas e pratos, bem como de um alguidar.

O cadinho e o fragmento de escória recolhidos na camada 5a constituem os únicos testemunhos de artesanato atestados nesta fase. Podem, todavia, ser resultado do já referido remeximento, e não uma sobrevivência da vocação artesanal da fase de ocupação anterior.

A cerâmica comum, aqui predominante, demarca-se facilmente das produções anteriores, sendo muito mais frequentes as colorações escuras, obtidas em ambientes mal controlados. Também a qualidade das próprias pastas decresceu, sendo cada vez mais comuns as texturas granulares. Não se recolheu um único fragmento pintado, sendo esta a fase da primazia das decorações com recurso a incisões e a cordões plásticos.

Creemos estar, assim sendo, perante uma nova tradição cultural, que associamos às comunidades cristãs peninsulares da viragem do milénio. Não nos querendo prender demasiadamente a datas fixas, podemos, todavia, indagar se esta reestruturação corresponderá a uma fase de transformações urbanas de relevo, operadas já depois da presúria da cidade de 868.

Conclusão

O primeiro objetivo que estabelecemos para este trabalho – e que, no fundo, nos motivou a principiá-lo – foi quantificar, descrever e relativizar o conjunto artefactual exumado do arqueossítio da Rua de D. Hugo entre 1984 e 1987, de modo a dá-lo a conhecer à comunidade arqueológica. Referimos na Introdução que o conhecimento relativo à cidade do Porto não peca necessariamente por falta de intervenções arqueológicas, mas por falta de publicações. A presente tese é, antes de mais, a nossa tentativa de reagir a este problema. Por motivos evidentes, não será uma dissertação de mestrado que revigorará a arqueologia da cidade do Porto, mas acreditamos que todos os contributos, por muito modestos que sejam, são valiosos.

Assim sendo, é nossa convicção que este trabalho cumpriu o seu primeiro objetivo. Grande parte desta obra foi destinada a divulgar as características de um espólio até agora inédito, as suas condições de preservação e que metodologia considerámos lícito aplicar na sua análise. Caberá ao leitor avaliar a sua utilidade enquanto estudo de caso.

Não quisemos, contudo, que esta fosse uma obra meramente descritiva. Como determinámos nos Objetivos, interessava-nos refletir acerca das atividades quotidianas das populações que nos legaram estas materialidades, bem como estabelecer a evolução do seu contexto de habitat ao longo do tempo. A datação dos níveis arqueológicos foi um dos aspetos mais surpreendentes deste trabalho. Propusemo-nos a estudar o período compreendido entre 409 e 716, mas apenas uma das camadas estratigráficas que abordámos é enquadrável nesta cronologia. Segundo a nossa datação, aliás, a ocupação dessa camada terminará precocemente, em finais do século VI, faltando-nos os dados relativos à segunda metade do período suevo-visigótico.

Não achamos que isto seja um falhanço. Resultados inesperados são uma parte inevitável da prática da Arqueologia, e os bons arqueólogos são aqueles que se sabem adaptar a eles de forma flexível. Esta surpresa é também um testemunho de como não nos devemos apegar sobejamente a periodizações rígidas, sobretudo quando

abordamos os tais horizontes de transição. As denominações e trâmites que definimos para os intervalos cronológicos são indubitavelmente úteis, mas não passam de convenções. Como referimos na Introdução, procuram-se hoje frequentemente testemunhos radicais de rutura ou continuidade entre a Tardo-Antiguidade e a Alta Idade Média, mas quem o faz esquece que a razão pela qual essas duas épocas são distintas é porque nós, Arqueólogos e Historiadores, assim o determinámos. Não temos razões para crer que, a nível do seu quotidiano, a vida das populações do Noroeste Peninsular se tenha alterado radicalmente aquando da deposição de Rómulo Augústulo.

O arqueossítio da Rua de D. Hugo, nº. 5, atesta como a própria chegada das populações germânicas não constituiu uma rutura catastrófica. Há uma mudança, de facto – o espólio cerâmico decresce em quantidade e qualidade – mas verificamos, do mesmo modo, a manutenção, por exemplo, das rotas de comércio mediterrânicas. Este arqueossítio, ainda que não testemunhe a evolução da cidade ao longo da totalidade do período suevo-visigótico, confere-nos, contudo, elementos para interpretar as mudanças operadas aquando da chegada das novas populações, bem como da sua ocupação durante a vigência do Reino Suevo. Não deixa, assim, de se revestir de importância histórica.

O reverso da moeda é que, por cada conclusão que avançamos, surge uma nova dúvida. Daí que consideremos imprescindível dar continuidade a este trabalho. É urgente que se abordem mais arqueossítios dentro do perímetro urbano. Isto permitirá, primeiro, determinar quão generalizadas são as tendências registadas no arqueossítio da Rua de D. Hugo.

O alargamento do estudo a outros sítios aumenta também a probabilidade de que se identifiquem níveis suevo-visigóticos mais tardios, compreendidos entre finais do século VI e o VIII, de modo a que possamos colmatar o hiato que verificamos na Rua de D. Hugo. A identificação de mais contextos de habitat certamente enriquecerá – ou, quiçá, refutará – as interpretações que aqui ensaiamos. Quanto ao comércio mediterrânico, a eventual identificação de mais peças de *terra sigillata*, em maior quantidade e melhor preservadas, propiciará a reconstrução dos ritmos globais de

importação da cidade, à semelhança do que sucede nos trabalhos que citámos para Braga e Vigo.

Será igualmente importante determinar quais as características das peças cerâmicas produzidas localmente durante este período e quais as que constituem importações. Isto permitirá a leitura da cidade do Porto à sua escala regional: de que modo se inter-relaciona com a capital sueva de Braga, bem como, por exemplo, com centros de consumo mais meridionais, como Conímbriga e a Egitânia (Idanha-a-Velha).

Para terminar, relembramos que são inúmeros os sítios arqueológicos portuenses que, embora escavados, carecem de publicações. Os espólios deles exumados permanecem em depósito. Como verificámos nesta dissertação, quanto mais tempo demorarmos a principiar o seu estudo, mais arriscamos que se perca conhecimento precioso – se não for o próprio espólio a extraviar-se, perdem-se a leitura da estratigrafia e do contexto de recolha, importantíssimos para a sua interpretação. É, portanto, urgente que se recuperem estes espólios há muito armazenados, de modo a que se lhes dê a devida atenção. Dizem-nos durante a Licenciatura que “Arqueologia é destruição controlada”. Um arqueossítio só pode ser escavado uma vez e, uma vez intervencionado, fica inutilizado. Se o espólio não for estudado nem publicado, para que serviram estas escavações?

O tempo urge: os dados estão recolhidos, resta-nos não os desperdiçar.

Bibliografía

Bonifay, M. (2012). Les Céramiques Sigillées Africaines et Phocéennes Tardives. In L. Maurin (Ed.), *Un quartier de Bordeaux du I^{er} au VIII^e siècle. Les fouilles de la Place Camille-Jullian 1989-1990* (pp. 251-258). Bordeaux: Ausonius.

Campbell, E. (2007). *Continental and Mediterranean imports to Atlantic Britain and Ireland, AD 400-800*. York: Council for British Archaeology.

Cleto, J. e Varela, J. M. (2000). Largo do Colégio, 9-12, entre a muralha romana e a românica?. *Almadan*, II (9), 133-135.

Delgado, M. (1988). Contribuição para o estudo das cerâmicas romanas tardias do Médio Oriente encontradas em Portugal. *Cadernos de Arqueologia*, II (5), 35-49.

Delgado, M. e Morais, R. (2009). *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*. Porto: CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar – Cultura, Espaço e Memória).

Delgado, M., Fernández, A., Quaresma, J. C. e Morais, R. (2014). Una Aproximación a la Terra Sigillata Africana de *Bracara Augusta* (Braga, Portugal). *Rei Cretariæ Romanæ Fautorum Acta* 43, 671-680.

Duggan, M. C. (2016). *Links to Late Antiquity: understanding contacts on the Atlantic Seaboard in the 5th to 7th centuries A.D.* (PhD Thesis). School of History, Classics and Archaeology, Newcastle University.

Fernández, A. (2007). Aportaciones al estudio de la terra sigillata gálica tardía del grupo atlántico de Vigo (Galicia, España). In L. Rivet (Ed.), *Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule. Actes du congrès de Langres (17-20 Mai 2007)* (pp. 331-340). Marseille: SFECAG.

Fernández, A. e Arias, P. (2007). Cerâmicas finas tardorromanas orixinarias de África e de Medio Oriente atopadas na intervención da rúa Rosalía de Castro 1992 (Vigo). *Castrelos* (13), 27-51.

Fernández, A. (2012). Datos preliminares sobre las ánforas orientales tardías de dos yacimientos de Vigo (Galicia, España), con el ejemplo de un contexto de la primera mitad del s. VII. *Rei Cretariæ Romanæ Fautorum Acta* 42, 355-362.

Fernández, A. (2014a). As relacións externas da *Gallaecia* durante os séculos IV-VII D.C. a traveso do material importado localizado em Vigo (Galiza). In F. Pérez Losada, *Hidacio da Limia e o seu tempo: a Gallaecia sueva / a Limia na época medieval* (pp. 121-163). Xinzo de Limia.

Fernández, A. (2014b). *El Comercio Tardoantiguo (ss. IV-VII) en el Noroeste Peninsular a través del registro cerámico de la ría de Vigo*. Oxford: Archaeopress.

Fernández, A. e Capelli, C. (2014). Una producción de cerámica común y de lucernas del Medio Oriente (Antioquía?) identificadas en Vigo (Galicia, Spain). *Rei Cretariæ Romanæ Fautorum Acta* 43, 681-690.

Fernández, A. (2015). Algunas consideraciones sobre el comercio cerámico en el *Mare Cantabricum* durante la antigüedad tardía. In A. Martínez Salcedo, M. Esteban Delgado e E. Alcorta Irastorza (Eds.), *Cerámicas de época romana en el Norte de Hispania y en Aquitania. Producción, comercio y consumo entre el Duero y el Garona* (v. I, pp. 59-76). Madrid: Ediciones de la Ergástula.

Fernández, A. e Bartolomé Abraira R. (2016). Cerámicas tardoantiguas en el Noroeste de la Península (Galicia y Norte de Portugal): entre la importación y el artesanado local/regional (ss. V-VII). In A. Vigil-Escalera Guirado e J. A. Quirós Castillo (Eds.), *La cerámica de la Alta Edad Media en el cuadrante noroeste de la Península Ibérica (siglos V-X). Sistemas de producción, mecanismos de distribución y patrones de consumo* (pp. 69-111). Bilbao: Euskal Herriko Unibertsitatea.

Fontes, L., Martins, M., Ribeiro, M. C. e Carvalho, H. P. (2010). A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII. In A. García (Ed.), *Espacios urbanos en el Occidente Mediterráneo* (pp. 91-98). Toletum Visigodo.

Hayes, J. W. (1972). *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.

Lemos, F. S., Martins, M., Fontes, L. F. O., Leite, J. M. F. e Cunha, A. (2002). A Muralha Romana de *Bracara Augusta*. *Gladius*, Anejos 5 (609-624).

Mattoso, J. (1992). A Época Sueva e Visigótica. In J. Mattoso (Ed.), *História de Portugal*, v. I. (pp. 301-359). Lisboa: Círculo de Leitores.

Morais, R. (2001). O comércio e a rede de transportes de *Bracara Augusta* no contexto do NW peninsular: elementos para o seu estudo. In J. Guitart i Duran e J. Pera i Isern (Eds.), *Primer simposi património i turisme cultural. Arqueologia viva de les ciutats de l'Antiguitat* (41-76). Guissona: Institut d'Estudis Catalans i Patronat d'Arqueologia de Guissona.

Morais, R. (2007). Oficina de *Vasconius*. Marca inédita em TSHT recolhida em Braga. *Pyrenae*, II (38), 73-77.

Morais, R. (2010). Estudio preliminar de la *terra sigillata* hispánica tardía de *Bracara Augusta*. *Rei Cretariæ Romanæ Fautorum Acta* 41, 437-461.

Osório, M. I. P. e Silva, A. M. (1994). Intervenção arqueológica municipal no Porto - Resultados, problemas e potencialidades. In *Encontro de Arqueologia Urbana* (pp. 87– 102). Braga: Câmara Municipal de Braga.

Osório, M. I. P. e Silva, A. M. (1995). A Intervenção do Gabinete de Arqueologia Urbana. *O Tripeiro*, 164–165.

Osório, M. I. P. e Silva, A. M. (1997). Arqueologia de um Espaço Urbano – A Casa-Museu Guerra Junqueiro (Porto). Primeira Notícia. In F. J. Robles Henriques, M. J. E. Santos e T. F. A. António (Eds.), *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana* (pp. 83-95). Almada: Câmara Municipal de Almada/Divisão de Museus.

Quaresma, J. C. e Morais, R. (2012). Eastern Late Roman Fine Ware Imports in *Bracara Augusta* (Braga, Portugal). *Rei Cretariæ Romanæ Fautorum Acta* 42, 373-383.

Real, M. L., Barroca, M. J. e Tavares, R. (1984). *Escavações arqueológicas no Morro da Sé (Porto)*. Relatório [não publicado].

Real, M. L., Távora, M. J., Osório, M. I. P. e Teixeira, F. F. (1985/86). Escavações Arqueológicas no Morro da Sé. *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª série, 3/4, 7-44.

Real, M. L. (1986). *Escavações arqueológicas no Morro da Sé (Porto). Relatório* [não publicado].

Real, M. L., Távora, M. J., Osório, I. P. e Teixeira, F. F. (1987). *Escavações arqueológicas no Morro da Sé (Porto). Relatório* [não publicado].

Real, M. L., Dordio Gomes, P., Teixeira, R. e Melo, M. R. (1994). A Casa do Infante (Porto): um projeto de intervenção arqueológica urbana. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)* (pp. 135-144). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Real, M. L., Dordio Gomes, P., Teixeira, R. J. e Figueiredo Melo, R. (1995). Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica da Casa do Infante – Porto: elementos para uma sequência longa – séculos IV-XIX. In *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (pp. 171-186). Porto: Câmara Municipal de Tondela.

Real, M. L. (2014). A dinâmica cultural em “Portucale” e “Colimbrie” nos séculos VIII-XI. In A. De Man e C. Tente (Eds.), *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal – séculos IX a XII* (pp. 13-56). Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais.

Real, M. L. e Silva, A. M. (2018). *Portumcalem Castrum Novum* na época sueva. In J. López Quiroga (Ed.), *In Tempore Sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de Occidente* (pp. 205-210). Ourense: Armonía Universal.

Silva, A. M. (2000). Rua D. Hugo, 5, um arqueossítio fundador. *Almadan*, II (9), 136–137.

Silva, A. M. (2003). Duas Décadas de Arqueologia Urbana na Cidade do Porto. In P. C. Pinto (Ed.), *Encontros Património Vila do Conde* (pp. 35–49). Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.

Silva, A. M. e Ribeiro, M. (2006-2007). Cerâmica Medieval das escavações no Castelo de Arouca. Ensaio de Análise Morfotipológica. *PORTUGALIA*, Nova Série, Vol. XXVII-XXVIII, 69-88.

Silva, A. M. e Ribeiro, M. (2014). Cerâmicas do período da reconquista no Vale do Arda: Castelo de Arouca e Casal da Malafaia. In A. De Man e C. Tente (coord.), *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e o Centro de Portugal – séculos IX a XII* (pp. 161-182). Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais.

Silva, A. M., Pereira, P., Carvalho, Teresa P., Pinto, F., e Sousa, L. (2015). O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia): um contexto estratigráfico tardo-antigo no extremo noroeste da *Lusitania*. In J. C. Quaresma e J. A. Marques (Eds.), *Contextos estratigráficos na Lusitania (do Alto Império à Antiguidade Tardia)* (149-167). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Silva, A. C. da (1994) Origens do Porto. In L. A. O. Ramos (Ed.), *História do Porto*. Porto: Porto Editora.

Souza, G. (2017). *O sítio alto-medieval de S. Gens (Celorico da Beira). Contributo para o estudo da produção cerâmica identificada nas campanhas realizadas entre 2011 e 2013* (Tese de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

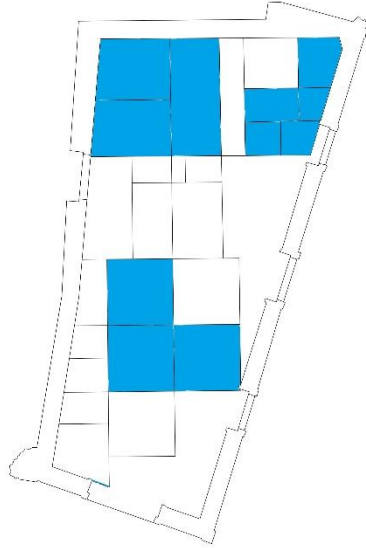
Tente, C., Lantes, O. e Prieto, P. (2014). A produção cerâmica dos séculos IX a XI na região do Alto Mondego (Portugal). In A. De Man e C. Tente (coord.), *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e o Centro de Portugal – séculos IX a XII* (pp. 109-140). Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais.

Wickham, C. (2005). *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean, 400-800*. Oxford: Oxford University Press.

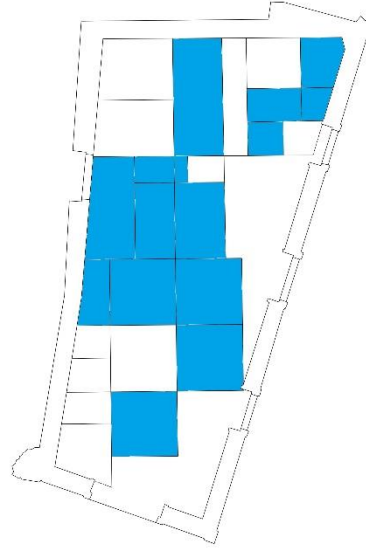
ANEXO I

Estampas

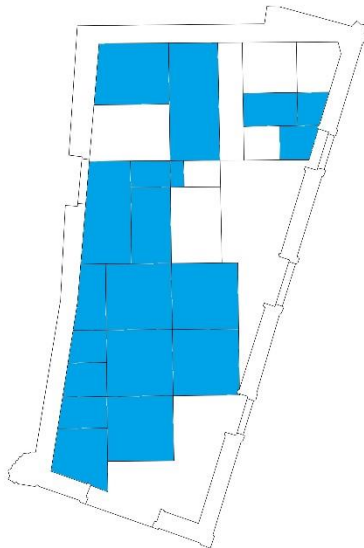
Camada 5



Camada 5a

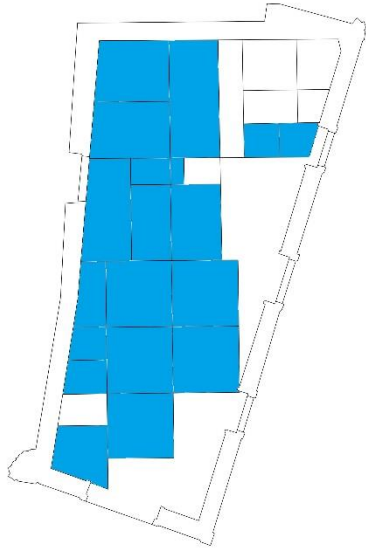


Camada 6



Estampa 1 - Proveniência do espólio arqueológico: camadas 5, 5a e 6.

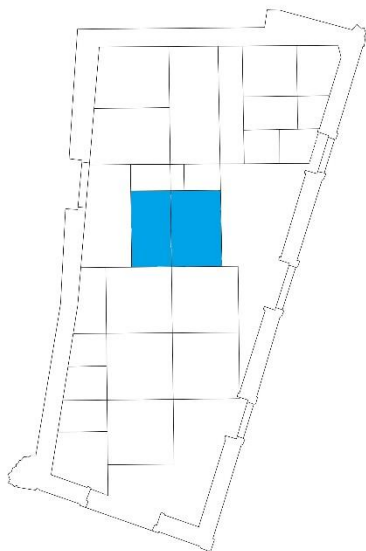
Camada 7



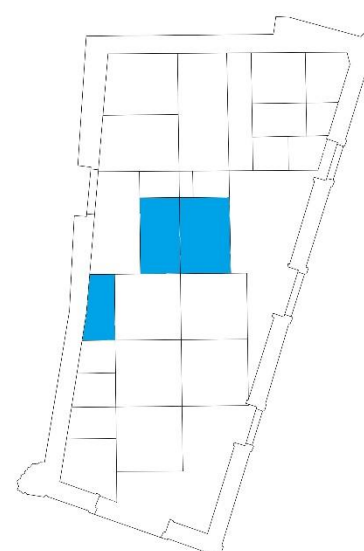
Camada 7a



Camada 7b



Camada 7c



Estampa 2 -Proveniência do espólio arqueológico: camadas 7, 7a, 7b e 7c.

Potes-Panelas

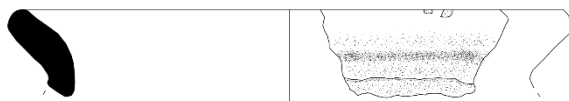
NMI 2



NMI 3



NMI 4



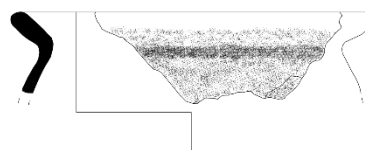
NMI 7



NMI 13



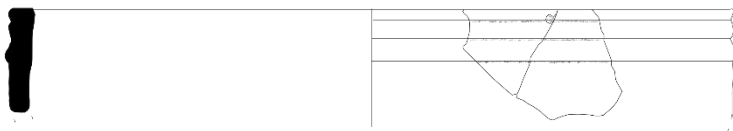
NMI 20



Estampa 3 - Potes-Panelas integrantes do NMI

Tigelas

NMI 5



NMI 10



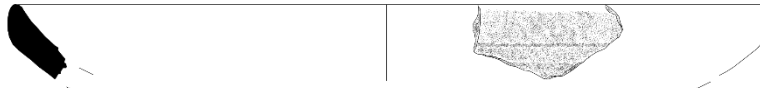
NMI 11



NMI 12



NMI 16



NMI 18



NMI 21



Estampa 4 - Tigelas integrantes do NMI

Pratos

NMI 1



NMI 6



NMI 8



NMI 14



NMI 15



NMI 19



Estampa 5 - Pratos integrantes do NMI

Alguidares

NMI 9



NMI 17



Estampa 6 - Alguidares integrantes do NMI

Terra Sigillata

C. 5a



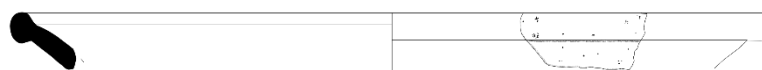
TS 7749 (Drag. 15/17)



C. 6



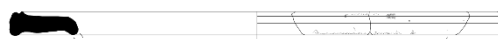
TS 2494 (Hayes 50)



TS 5197 (Hayes 104C)



TS 7534 (Drag. 15/17)



TS 21139 (Palol 8)



C. 7



TS 564 (Drag. 15/17)



TS 7871 (Drag. 15/17)



TS 16508 (Drag. 36)



Estampa 7 - Formas classificadas de terra sigillata, por camada estratigráfica

Cerâmica Cinzenta Fina

CF 5575



CF 10218



Cerâmica de Engobe Vermelho

EV 10469



ANEXO II

Tabelas

Tabela 1: Quantificação de fragmentos.

Camada	Cerâmica comum	Cerâmica fina			Cerâmica de transporte	Outros Materiais	Totais
		Terra Sigillata	Cinzenta Fina	Engobe Vermelho			
5	554	3	1	0	26	3	587
5a	846	2	0	0	12	4	864
6	1824	14	1	5	38	11	1893
7	3082	15	11	4	95	9	3216
7a	101	2	1	0	2	0	106
7b	84	1	0	0	0	0	85
7c	383	3	6	1	8	0	401
Total	6874	40	20	10	181	27	7152

Tabela 2: Classificação dos fragmentos da cerâmica comum.

	Bordos	Fundos	Asas	Arranques de Asa	Perfis completos	Ind.	Bojos	Total
C. 5	39	10	3	1	2	5	494	554
C.5a	37	14	0	1	0	2	792	846
C. 6	71	23	6	2	0	0	1722	1824
C. 7	122	36	12	3	0	8	2901	3082
C. 7a	1	0	0	0	0	0	100	101
C. 7b	3	0	1	1	0	0	79	84
C. 7c.	12	1	1	0	0	1	368	383
Total	285	84	23	8	2	16	6456	6874

Tabela 3: proporção das peças individualizáveis face ao total de fragmentos de cerâmica comum de cada camada.

	Total de Fragmentos		NMA		NMI	
	<u>Total</u>	<u>Percentagem</u>	<u>Total</u>	<u>Percentagem</u>	<u>Total</u>	<u>Percentagem</u>
Camada 7c	383	100%	11	2,87%	2	0,52%
Camada 7b	84	100%	3	3,57%	-	-
Camada 7a	101	100%	1	0,99%	-	-
Camada 7	3082	100%	147	4,77%	12	0,39%
Camada 6	1824	100%	89	4,88%	5	0,27%
Camada 5a	846	100%	51	6,03%	-	-
Camada 5	554	100%	49	8,8%	2	0,36%

Tabela 4: distribuição das peças do NMI por camadas estratigráficas.

Camada Estratigráfica	Peças do NMI	Total
Camada 5	NMI 6 e 11	2
Camada 5a	-	0
Camada 6	NMI 7, 8, 9, 12 e 21	5
Camada 7	NMI 1, 2, 3, 4, 5, 10, 13, 14, 15, 16, 17 e 18	12
Camada 7a	-	0
Camada 7b	-	0
Camada 7c	NMI 19 e 20	2

Tabela 5: NMI

Proveniência		Tecnologia: Análise macroscópica							Análise morfotipológica	
NMI	Setor /Complexo	Técnica de Fabrico	Tipo de cozedura	Consistência da pasta	Textura da pasta	Tipo ENP	Dimensão ENP	Concentração ENP	Tipologia Formal	Diâmetro Max.
1	6/=132=	Torno rápido	Oxidante	Compacta	Homogénea	Micas	<1mm	Baixa	Prato	28 cm
2	7/=121=	Torno rápido	Redutora-Oxidante	Compacta	Homogénea	Quartzo, Calcário, Micas	3-5mm	Média	Pote-Panela	17 cm
3	11A/=529=	Torno rápido	Redutora-Oxidante	Compacta	Homogénea	Calcário, Micas	1-3mm	Baixa	Pote-Panela	18 cm
4	19/C7	Torno rápido	Oxidante	Compacta	Granular	Calcário, Micas	<1mm	Baixa	Pote-Panela	14 cm
5	20/=456=	Torno rápido	Oxidante	Compacta	Homogénea	Micas	1-3mm	Média	Tigela	22 cm
6	11/=398=	Torno lento	Oxidante-Redutora	Compacta	Granular	Quartzo, Micas	3-5mm	Média	Prato	24 cm
7	20/=457=	Torno rápido	Oxidante	Média	Granular	Quartzo, Calcário, Micas	3-5mm	Média	Pote-Panela	16 cm
8	10/=238=	Torno rápido	Redutora-Oxidante	Média	Granular	Quartzo, Calcário, Micas	1-3mm	Média	Prato	32 cm
9	20/=457=	Torno rápido	Redutora	Compacta	Homogénea	Quartzo, Calcário, Micas	3-5mm	Baixa	Alguidar	34 cm
10	1/=020=	Torno lento	Oxidante-Redutora	Compacta	Granular	Calcário, Micas	3-5mm	Alta	Tigela	24 cm
11	3/=077=	Torno rápido	Redutora	Compacta	Homogénea	Quartzo, Calcário, Micas	>5mm	Média	Tigela	36 cm
12	15/C6	Torno rápido	Oxidante	Compacta	Homogénea	Quartzo, Calcário, Micas	1-3mm	Média	Tigela	13 cm
13	5/C7	Torno rápido	Redutora	Compacta	Homogénea	Micas, Feldspato	1-3mm	Média	Pote-Panela	16 cm
14	5/C7	Torno rápido	Oxidante	Compacta	Homogénea	Calcário, Micas	<1mm	Baixa	Prato	24 cm
15	1/=015=	Torno rápido	Oxidante	Compacta	Homogénea	Calcário, Micas	<1mm	Baixa	Prato	24 cm
16	1/=017=	Torno rápido	Redutora-Oxidante	Compacta	Granular	Micas	1-3mm	Média	Tigela	26 cm
17	1/=080=	Torno rápido	Redutora-Oxidante	Compacta	Homogénea	Quartzo, Calcário, Micas	1-3mm	Média	Alguidar	28 cm
18	33/=645=	Torno rápido	Redutora-Oxidante	Média	Granular	Quartzo, Calcário, Micas	1-3mm	Média	Tigela	24 cm
19	27/=428=	Torno rápido	Oxidante	Compacta	Homogénea	Micas	1-3mm	Baixa	Prato	22 cm
20	27/=427=	Torno rápido	Redutora-Oxidante	Compacta	Homogénea	Quartzo, Micas	1-3mm	Baixa	Pote-Panela	12 cm
21	10/=260=	Torno rápido	Oxidante-Redutora	Compacta	Granular	Calcário, Micas, Feldspatos	1-3mm	Alta	Tigela	23 cm

Tabela 6: Grupos de Fabrico

Grupo	Coloração	Técnica de Fabrico	Tipo de Cozedura	Consistência da Pasta	Textura da Pasta	Tipo de ENP	Dimensão de ENP	Concentração de ENP	Exemplos	Camadas Estratigráficas
1	Laranja claro	Torno rápido	Oxidante	Compacta	Homogénea	Micas	<1-3mm	Baixa, Média	NMI 1, 5, 14, 15	C. 7
2	Bege claro, rosado	Torno rápido	Redutora-Oxidante	Compacta	Homogénea	Quartzo, Calcário, Micas	3-5mm	Média	NMI 2, 17, 20	C. 7, C. 7c
3	Bege avermelhado	Torno rápido	Redutora-Oxidante	Média	Granular	Calcário, Micas	1-3mm	Baixa	NMI 3, 8, 18	C. 6, C. 7
4	Bege avermelhado	Torno rápido	Oxidante	Compacta	Granular	Calcário, Micas	<1mm	Baixa	NMI 4	C. 7
5	Cinzento acastanhado	Torno lento	Oxidante-Redutora	Compacta	Homogénea, Xistosa	Quartzo, Micas	3-5mm	Média	NMI 6, 10	C. 5, C. 6, C. 7
6	Bege avermelhado	Torno rápido	Oxidante	Média	Granular	Quartzo, Calcário, Micas	3-5mm	Média	NMI 7	C. 6
7	Cinzento	Torno rápido	Redutora	Compacta	Homogénea	Quartzo, Calcário, Micas	3-5mm	Baixa, Média	NMI 9, 11, 13	C. 5, C. 6, C. 7

8	Rosa claro	Torno rápido	Oxidante	Compacta	Homogénea	Quartzo, Calcário, Micas	1-3mm	Média	NMI 12, 19	C. 6, C. 7c
9	Laranja escuro	Torno rápido	Redutora- Oxidante	Compacta	Homogénea	Micas	1-3mm	Média	NMI 16, 21	C. 6, C. 7
10	Bege claro	Torno	Oxidante	Compacta	Homogénea	Micas	<1mm	Baixa	NMA 1	C. 6
11	Laranja avermelhado	Torno	Oxidante	Média	Granular	Quartzo, Calcário, Micas	<1mm	Alta	NMA 7	C. 7
12	Bege	Torno	Oxidante	Compacta	Homogénea	Micas	<1mm	Baixa	NMA 58	C. 7
13	Bege escuro	Torno	Redutora	Compacta	Homogénea	Quartzo, Micas	1-3mm	Média	NMA 73	C. 7
14	Laranja claro	-	Oxidante	Média	Xistosa	Calcário	1-3mm	Média	NMA 79	C. 7, C. 6
15	Cinzento escuro, preto	Torno	Redutora	Compacta	Homogénea	Micas	<1mm	Baixa	NMA 88	C. 5
16	Cinzento claro	-	Oxidante- Redutora	Média	Granular	Quartzo, Micas	1-5mm	Média	NMA 122	C. 6
17	Bege avermelhado	Torno	Redutora- Oxidante	Média	Granular	Calcário, Micas	1-3mm	Baixa	NMA 129	C. 6
18	Cinzento	Torno	Redutora	Média	Granular	Quartzo, Micas	3-5mm	Alta	NMA 148	C. 6

19	Laranja avermelhado	Torno	Redutora-Oxidante	Média	Granular	Calcário, Micas	<1mm	Média	NMA 162	C. 7
20	Cinzento	Torno	Oxidante-Redutora	Compacta	Granular	Calcário, Micas	1-3mm	Alta	NMA 181	C. 5a
21	Cinzento	Torno	Redutora	Compacta	Homogénea	Micas	<1mm	Baixa	NMA 185	C. 5a
22	Cinzento/Laranja	Torno	Oxidante-Redutora	Compacta	Granular	Quartzo, Calcário, Micas	>5mm	Alta	NMA 225	C. 5a

Tabela 7: morfologia dos fragmentos de cerâmica de transporte

	Tipo	Asa em perfil	Asa em secção	Lábio	Diâmetro Máximo
Ânf. 68	Bordo	-	-	Redondo	28 cm
Ânf. 524	Bordo	-	-	Redondo	14 cm
Ânf. 620	Asa	Anel	Ovoide/elíptica	-	-
Ânf. 1941	Asa	Ind.	Estriado	-	-
Ânf. 2560	Bordo	-	-	Redondo	Ind.
Ânf. 2780	Asa	Ind.	Sulcado	-	-
Ânf. 6859	Asa	Ind.	Sulcado	-	-
Ânf. 6893	Asa	Ind.	Ovoide/elíptica	-	-
Ânf. 10689	Bordo	-	-	Redondo	Ind.
Ânf. 15238	Bordo	-	-	Redondo	26 cm
Ânf. 15798	Bordo	-	-	Redondo	Ind.
Ânf. 16309	Bordo	-	-	Redondo	24 cm
Ânf. 25704	Bordo	-	-	Redondo	15 cm